



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

**ANEXO - I**  
**PROJETO BÁSICO**

<b>1</b>	<b>DEFINIÇÃO DO OBJETO:</b>
a.	sua natureza, os quantitativos e prazo do contrato
a.1.	Contratação de serviços técnicos de advocacia de natureza trabalhista para a defesa dos interesses do CREA-SP perante a Justiça do Trabalho e a Justiça Federal, em todas as fases e instâncias, incluindo os Tribunais Superiores, abrangendo a elaboração e interposição de petições, contestações, recursos e demais peças jurídicas até a execução final em processos judiciais principais, acessórios, preventivos ou incidentais, além daqueles objeto de acordo, incluindo ainda a representação nos processos administrativos que tramitam em entidades e órgãos públicos, quando solicitado.
b.	a especificação do bem ou serviço, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança
b.1.	A contratação de serviços de advocacia especializada especificamente na área trabalhista, conforme delineado neste instrumento, emerge como uma estratégia viável e criteriosa para atender às demandas específicas do CREA-SP no âmbito trabalhista.
b.2.	Essa medida se propõe a assegurar o cumprimento rigoroso dos direitos e obrigações tanto dos empregados quanto da instituição, empregando soluções jurídicas precisas e adaptadas a cada situação específica.
b.3.	A presente contratação não apenas fortalece a gestão de recursos humanos do CREA-SP, mas também contribui para a sustentabilidade financeira e a integridade operacional da entidade. Além disso, elimina o conflito de interesses existente.
b.4.	No mais, o presente instrumento está em conformidade com o Art. 3º da IN SEGES/MGI 2/2023, que estabelece que o critério de julgamento descrito no Art. 1º deve ser escolhido quando se demonstra que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superam os requisitos mínimos estabelecidos no edital são essenciais para os fins pretendidos pela Administração.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

b.5. No caso da contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, especialmente para o patrocínio ou defesa de causas judiciais e administrativas, o estudo técnico preliminar revelou que a qualidade técnica das propostas é de suma importância para atingir os objetivos do CREA-SP.

b.6. Como mencionado, a complexidade e a relevância das questões jurídicas enfrentadas pelo CREA-SP exigem que os advogados responsáveis possuam uma expertise elevada e experiência comprovada. O passivo trabalhista do CREA-SP, que é considerável e tende a aumentar, só pode ser adequadamente gerenciado por profissionais altamente qualificados e com um profundo entendimento do direito trabalhista. Esses profissionais devem ser capazes de atuar eficazmente em todas as fases e instâncias, incluindo os Tribunais Superiores, onde as demandas são predominantemente de direito e é onde a maioria das ações do CREA-SP acaba sendo definitivamente julgada.

c. a especificação da garantia do objeto exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso

c.1. Não se aplica.

d. Registro de Preços

d.1. Não se aplica.

## **2 JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:**

2.1. A presente terceirização emerge como uma estratégia fundamental para mitigar conflitos de interesses e alinhar-se a legalidade, a supremacia do interesse público, a impessoalidade, aos princípios da eficiência, economicidade e moralidade.

2.2. Primeiramente, é essencial compreender o cenário que culminou na necessidade de terceirização. O CREA-SP, ao enfrentar ações trabalhistas movidas por seus próprios funcionários, depara-se com um dilema ético e legal.

2.3. Os advogados, contratados via concurso público para defender a instituição, encontram-se em uma posição ambígua, pois podem ser beneficiários das demandas que defendem, criando um evidente conflito de interesses, uma vez que as matérias das demandas dizem respeito a direitos afetos ao próprio quadro de funcionários, dos quais os advogados são integrantes.

2.4. Esse entrelaçamento de interesses pessoais com as responsabilidades profissionais compromete o princípio da impessoalidade, fundamental para a manutenção da integridade e objetividade na defesa dos interesses institucionais.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

2.5. Esse conflito ganhou ampla visibilidade após o Tribunal de Contas da União considerar ilegais as concessões de vários benefícios aos colaboradores do Conselho. Tal julgamento iniciou uma cascata de ações judiciais movidas pelos funcionários afetados. A situação se agravou pelo fato de que os advogados responsáveis por contestar essas medidas possuíam interesses diretos nos desfechos, intensificando assim o conflito de interesses.

2.6. A terceirização, portanto, surge como uma medida estratégica para assegurar que a defesa do CREA-SP em questões de natureza trabalhistas seja conduzida com imparcialidade e eficácia.

2.7. Ao contratar profissionais externos, a entidade garante a isenção necessária para a representação jurídica em ações que podem afetar diretamente seus funcionários e advogados, resguardando, assim, o interesse público.

2.8. Além de resolver o impasse ético, a terceirização está alinhada ao princípio da eficiência.

2.9. Um profissional especializado trará consigo um arsenal de conhecimento especializado e experiência consolidada em litígios de natureza trabalhistas.

2.9.1. Esta expertise não apenas enriquece a qualidade e assertividade da defesa, mas também agiliza significativamente a resolução de contendas, oferecendo vantagens inestimáveis ao CREA-SP.

### **3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:**

3.1. Trata-se de contratação de serviços técnicos de advocacia de natureza trabalhista para a defesa dos interesses do CREA-SP perante a Justiça do Trabalho e a Justiça Federal, em todas as fases e instâncias, incluindo os Tribunais Superiores, abrangendo a elaboração e interposição de petições, contestações, recursos e demais peças jurídicas até a execução final em processos judiciais principais, acessórios, preventivos ou incidentais, além daqueles objeto de acordo, incluindo ainda a representação nos processos administrativos que tramitam em entidades e órgãos públicos, quando solicitado.

3.2. A Contratada deverá prestar assessoria jurídica, de forma prática e objetiva, quanto a legislação trabalhista nos regimes CLT e ESTATUTÁRIO. A prestação de serviços será mediante demanda, de acordo com a necessidade do CREA-SP.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

- 3.3. É essencial destacar, em relação à necessidade de se manter a contratação, o seguinte:
- 3.3.1. Natureza *sui generis* e regime de contratação:
- 3.3.1.1. Os conselhos profissionais são uma espécie *sui generis* de pessoa jurídica de Direito Público não estatal, pois gozam de ampla autonomia e independência e não estão submetidos ao controle institucional, político ou administrativo de um ministério ou da Presidência da República, ou seja, não estão na estrutura orgânica do Estado.
- 3.3.1.2. Os conselhos não recebem ingerência do Estado nos aspectos mais relevantes da sua estrutura, como indicação de dirigentes, aprovação e fiscalização da sua própria programação financeira ou mesmo a existência de um orçamento interno. Além disso, não se submetem, como todos os demais órgãos do Estado, à aprovação de sua programação orçamentária pelo Congresso Nacional.
- 3.3.1.3. Os recursos dessas entidades provêm de contribuições parafiscais pagas pela respectiva categoria.
- 3.3.1.4. Por esses motivos, merece ser franqueado ao legislador infraconstitucional alguma margem para a escolha do regime aplicável a esses entes.
- 3.3.1.5. O art. 58, § 3º da Lei nº 9.649/98 prevê o seguinte: § 3º Os empregados dos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas são regidos pela legislação trabalhista, sendo vedada qualquer forma de transposição, transferência ou deslocamento para o quadro da Administração Pública direta ou indireta. Essa previsão é constitucional.
- 3.3.1.6. Os Conselhos Profissionais, enquanto autarquias corporativas criadas por lei com outorga para o exercício de atividade típica do Estado, tem maior grau de autonomia administrativa e financeira, constituindo espécie *sui generis* de pessoa jurídica de direito público não estatal, a qual não se aplica a obrigatoriedade do regime jurídico único preconizado pelo art. 39 da CF/88.
- 3.3.1.7. Em razão da natureza peculiar dos Conselhos Profissionais, permite-se o afastamento de algumas das regras ordinárias impostas às pessoas jurídicas de direito público. Assim sendo, conforme determinado pelo Supremo Tribunal Federal, a contratação de funcionários pelos Conselhos de Fiscalização Profissional deve seguir as normas estabelecidas pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Isso porque, exigir que os conselhos profissionais, ao contratar, estivessem submetidos ao Regime Jurídico Único – RJU, geraria uma série de consequências, como a exigência de lei em sentido formal para a criação de cargos e a fixação das remunerações respectivas, que atuariam de forma desfavorável à independência e ao funcionamento dos Conselhos.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

#### 3.4. Despesas processuais - preparo recursal e custas:

3.4.1. Os Conselhos Profissionais, apesar de sua natureza autárquica, não estão isentos do pagamento de custas judiciais, conforme previsão expressa do art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 9.289/96. Assim, o benefício da isenção do preparo conferido aos entes públicos previstos no art. 4º, caput, da Lei 9.289/1996 é inaplicável aos Conselhos de Fiscalização Profissional. Esse entendimento foi referendado no REsp 1.338.247/RS e no RMS 33572 AgR.

3.4.2. De acordo com o Art. 790-A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, existe uma previsão específica sobre a isenção do pagamento de custas judiciais. Essa isenção beneficia certas entidades, incluindo a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações públicas que não se dediquem à exploração de atividade econômica. Além desses, o Ministério Público do Trabalho também goza de isenção de custas. Contudo, é importante notar que tal isenção não se estende às entidades fiscalizadoras do exercício profissional, conforme dispõe o parágrafo único do referido artigo.

3.4.3. Assim, os Conselhos Profissionais são obrigados a realizar o pagamento das custas processuais e do depósito recursal, sempre que necessário, sem que lhes sejam concedidas as prerrogativas típicas da Fazenda Pública.

#### 3.5. Prazos processuais - simples:

3.5.1. O artigo 183 do Código de Processo Civil estabelece uma prerrogativa importante para certos entes públicos no que diz respeito aos prazos processuais. Conforme essa disposição, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público são beneficiados com o prazo em dobro para a realização de todas as suas manifestações processuais. Esse benefício tem início a partir do momento em que ocorre a intimação pessoal, proporcionando a essas entidades maior tempo para a preparação e apresentação de suas defesas e recursos nos processos judiciais.

3.5.2. No entanto, é necessário entender a posição única que os Conselhos Profissionais ocupam dentro do espectro jurídico brasileiro. Essas entidades são classificadas como autarquias sui generis, o que significa que, apesar de serem autarquias, possuem características que as diferenciam das autarquias tradicionais vinculadas à administração pública direta ou indireta. Devido a essa classificação especial, os Conselhos Profissionais não se enquadram na categoria de entidades contempladas pelo artigo 183 do CPC para o benefício do prazo em dobro.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

3.5.3. Consequentemente, os Conselhos Profissionais devem aderir aos prazos processuais regulares, sem qualquer extensão ou dobra. Isso implica que todas as suas ações processuais, incluindo recursos, defesas e demais manifestações, devem ser realizadas dentro dos prazos simples estabelecidos pela legislação processual em todas as instâncias da justiça, tanto na esfera comum quanto na especializada, incluindo a justiça trabalhista. O descumprimento dos prazos simples pode resultar na perda de direitos no âmbito processual, enfatizando a importância de uma vigilância meticulosa e de um acompanhamento rigoroso dos prazos judiciais por parte do contratado.

#### **4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

##### **4.1 SUSTENTABILIDADE**

4.1.1. A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal de 1988, e em conformidade com o art. 5º da Lei nº 14.133/21 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

4.1.2. Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelo Contratante.

4.1.3. Orientar seus empregados para colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa de separação de resíduos sólidos, e resíduos recicláveis descartados, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, de acordo com a Lei nº 12.305/10 e Decreto nº 10.936/22.

##### **4.2 INDICAÇÃO OU VEDAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS - (art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/21)**

4.2.1. Não se aplica.

##### **4.3 EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS/PROVA DE CONCEITO – POC**

4.3.1. Não se aplica

##### **4.4 EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE**

4.4.1. Não se aplica.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

#### **4.5 SUBCONTRATAÇÃO/CONSÓRCIO**

4.5.1. O objeto do presente contrato é indivisível e deverá ser executado em sua totalidade pela contratada, não sendo admitida a subcontratação.

4.5.2. É vedada a participação de sociedade de advogados em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, e sociedade de advogados controladas, coligadas, interligadas ou subsidiárias entre si, dado que o serviço a ser contratado não apresenta complexidade ou multiplicidade de atividades empresariais. No caso do objeto específico, é fundamental que apenas uma empresa seja responsável pelo contrato para garantir clareza na prestação do serviço.

#### **4.6. CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO**

4.6.1. Caso o instrumento contratual seja celebrado entre o CREA-SP e uma sociedade civil prestadora de serviços advocatícios, o patrocínio deverá ser exercido exclusivamente pelos advogados integrantes da equipe técnica.

4.6.2. O CREA-SP reserva-se o direito de celebrar contratos similares com outras sociedades ou profissionais liberais, obrigando-se a contratada, neste ato, desde que não prejudique seus interesses, a colaborar com tais pessoas, quando e se solicitado pelo CREA-SP.

4.6.3. Na hipótese da Contratada deixar de verificar e informar ao CREA-SP a existência de depósitos judiciais a serem levantados nos processos sob o seu patrocínio, a Contratada ficará responsável por ressarcir o CREA-SP das perdas financeiras apuradas desde a data de disponibilização dos depósitos até a data do efetivo levantamento por parte do CREA-SP, acrescidas de juros moratórios fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

4.6.4. Na hipótese da Contratada deixar de verificar e informar ao CREA-SP a necessidade de se proceder a recolhimentos fiscais e previdenciários, nos processos sob o seu patrocínio, o CREA-SP procederá aos respectivos recolhimentos acrescidos dos encargos e reterá do pagamento da Contratada o valor das multas e demais encargos recolhidos, retenção essa desde já autorizada pela Contratada, em caráter irrevogável e irretratável.

4.6.5. As custas processuais ou administrativas, emolumentos, tributos, contribuições e demais despesas correlatas necessárias à condução dos processos em trâmite perante a Justiça do Trabalho ou a Justiça Federal, serão de responsabilidade do CREA-SP, salvo se a encargo couber à outra parte.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

4.6.6. A Contratada será responsável pelas despesas para extração de cópias de peças processuais ou documentos para a formação dos dossiês a serem arquivados nas suas dependências.

4.6.7. É expressamente vedado à Contratada transferir a terceiros, no todo ou em parte, sem expressa anuência do CREA-SP, os direitos e obrigações do contrato.

4.6.8. O CREA-SP poderá manifestar-se junto à Contratada por si, pelos advogados de seu quadro permanente ou pelos seus prepostos devidamente designados.

4.6.9. As pastas dos processos contendo os documentos físicos ou eletrônicos são de propriedade do CREA-SP, dessa forma a Contratada assume a título gratuito a condição de fiel depositário dos referidos “dossiês”, obrigando-se a restituí-los ao CREA-SP quando solicitado, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

4.6.10. Por questões de segurança, o CREA-SP recomenda à Contratada que todos os prazos legais sejam cumpridos com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

4.6.11. Na constatação de morosidade excessiva no andamento de processo, por culpa da Contratada, ficará reservado ao CREA-SP o direito de suspender, de imediato, o pagamento da respectiva remuneração devida à Contratada.

4.6.12. A Contratada obriga-se a informar, imediatamente, todos os processos sobrestados ou encerrados/arquivados. A ausência dessa informação implicará o estorno de todos os pagamentos efetuados após a data do sobrestamento/encerramento/arquivamento, preferencialmente mediante a compensação com quaisquer outros créditos relativos a pagamentos devidos pelo CREA-SP à Contratada.

4.6.13. Farão parte integrante do contrato, como se nele transcritos fossem, todas as orientações, normas e manuais que o CREA-SP entender necessários ao desempenho satisfatório dos serviços, inclusive no que tange aos aspectos administrativos. Tais orientações, normas e manuais serão entregues fisicamente à contratada ou transmitidos por meios eletrônicos, obrigando-se a Contratada a cumpri-las e observá-las fielmente, a partir da data da recepção.

4.6.14. Dependerá de prévia autorização por escrito do CREA-SP a realização de acordos e de composições com a parte contrária em especial àqueles que implicarem transigência de valor e/ou dilação de prazo para o cumprimento de obrigações.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

4.6.15. A Contratada responderá pelos prejuízos que advirem em razão de conduta incompatível com a defesa dos interesses do CREA-SP, especialmente àquelas decorrentes de negligência, imprudência e/ou imperícia.

4.6.16. Na hipótese de recebimento de ações em andamento, o CREA-SP repassará à Contratada as pastas processuais eletrônicas e um relatório consolidado de todos os processos transferidos, contendo no mínimo as seguintes informações:

- a) Número do processo;
- b) Vara de Origem;
- c) Comarca;
- d) Natureza da Ação; e
- e) Andamento.

4.6.17. Ao receber a nova carteira de processos, a Contratada deverá providenciar de imediato, um inventário de todos os processos recebidos e encaminhar um documento ao CREA-SP acusando o recebimento de tais processos.

4.6.18. O CREA-SP não arcará com despesas relativas a locomoção/deslocamentos e transporte ou outras despesas atinentes ao acompanhamento processual, tais como extração de cópias, fax-símiles, audiências e sustenção oral, não se responsabilizando por eventuais prejuízos que venham a ser suportados pela Contratada para a execução dos serviços.

4.6.19. A elaboração de cálculos, quer para fins de contingência, quer para apresentação em Juízo, ficará a cargo da Contratada que arcará com os respectivos custos.

4.6.20. A Contratada elaborará e encaminhará ao CREA-SP, mensalmente, um relatório consolidado de todos os processos cometidos ao seu patrocínio, contendo a opinião do respectivo patrono a respeito do resultado estimado para cada processo, em razão do risco de perda envolvido, classificando-o em remoto, possível ou provável.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

#### 4.7. PESSOAL

4.7.1. O pessoal que a Contratada empregar para a execução dos serviços ora avençados não terá relação de emprego com o CREA-SP e desta não poderá demandar quaisquer pagamentos, sendo de exclusiva responsabilidade da Contratada. No caso de vir o CREA-SP ser denunciado judicialmente, a Contratada a ressarcirá de qualquer despesa que, em decorrência, vier a ser condenada a pagar.

4.7.2. A Contratada deverá responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão de obra empregada na realização dos serviços, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora, deva satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho, impostos e outras providências e obrigações necessárias à realização dos serviços ora contratados. A inadimplência da Contratada com referência aos encargos referidos, não transfere ao CREA-SP a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

4.7.3. Ocorrendo eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados ou ex-empregados da Contratada, fica esta obrigada a requerer e obter a exclusão do CREA-SP da lide, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante quaisquer terceiros interessados.

4.7.4. Na hipótese de o CREA-SP vir a ser condenado, solidária ou subsidiariamente, nas ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados ou ex-empregados da Contratada, durante a vigência contratual, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas. Na eventualidade do contrato ter sido encerrado e, desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pelo CREA-SP, a título de condenação trabalhista solidária ou subsidiária, o CREA-SP utilizará o direito de regresso, em ação própria, a ser intentada contra a Contratada, a qual, desde já, manifesta expressa concordância com as duas hipóteses previstas neste item.

4.7.5. A mão de obra deverá ser qualificada e deverá estar devidamente treinada para as diferentes tarefas técnico-administrativas, de modo a atender eficientemente todas as atividades previstas no contrato e seus anexos.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

4.7.6. Todos os empregados que estiverem prestando serviços nas dependências do CREA-SP deverão apresentar-se identificados através de crachás.

4.7.7. A Contratada deverá apresentar ao CREA-SP o registro de todos os empregados ligados ao contrato e deverá obedecer a todos os requisitos da legislação trabalhista em vigor.

4.7.8. É permitida a substituição do profissional da equipe técnica por outro de experiência equivalente ou superior, desde que possua a mesma capacitação técnica utilizada para o cômputo da técnica e que a substituição seja aprovada pelo CREA-SP.

#### **4.8 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

4.8.1. Dada a relevância e a magnitude dos serviços a serem contratados, a prestação de garantia será exigida como medida de segurança para assegurar o adimplemento das obrigações assumidas pela Contratada. Essa exigência é justificada pela necessidade de garantir que os serviços sejam realizados com excelência e dentro dos prazos estabelecidos, considerando a complexidade e a importância da defesa dos interesses do CREA-SP em questões de natureza jurídica. Portanto, a exigência de garantia para esta contratação é indispensável para mitigar riscos e assegurar a qualidade e a continuidade dos serviços que serão prestados ao CREA-SP.

4.8.2. Para o fiel cumprimento das obrigações contratuais, a Contratada deverá apresentar garantia de adimplemento das condições estabelecidas no contrato, calculado na base de 5% (cinco por cento) do valor do total do contrato, recolhida junto ao CREA-SP.

4.8.3. A garantia estabelecida será prestada conforme o disposto no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser realizada por meio de caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, cabendo à Contratada a escolha da modalidade. Os termos do seguro-garantia e/ou da fiança bancária deverão ser previamente aprovados pelo CREA-SP. Caso a contratada opte por títulos da dívida pública, a apresentação deverá seguir as diretrizes estabelecidas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, comprovando-se a validade, liquidez e valor atual desses títulos.

4.8.4. A garantia, se prestada por fiança bancária, deverá ter seu valor expresso em REAL, com atualização automática de seu valor, na mesma época, índice, forma e periodicidade estabelecidos no item de Reajustamento de Preços previsto no contrato.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

4.8.5. A garantia prestada em dinheiro deverá ser depositada diretamente na conta a ser indicada pelo CREA-SP, devendo a cópia do certificado de depósito ser entregue naquele departamento. A garantia prestada em títulos da dívida pública deverá ser entregue diretamente no Departamento de Finanças do CREA-SP.

4.8.5.1. Havendo deduções do valor da garantia, pela aplicação de eventuais multas, a Contratada obriga-se a regularizar a garantia quanto à complementação até o valor estabelecido no subitem “4.6.1” supra, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de recebimento da comunicação escrita do CREA-SP.

4.8.6. No caso de apresentação de garantia na modalidade de fiança bancária, a contratada deverá providenciar sua prorrogação ou substituição, com antecedência de 10 (dez) dias úteis ao seu vencimento, independentemente de notificação, de forma a manter a garantia contratual até o término da vigência do contrato, ficando também explícita a renúncia do fiador ao direito expresso nos artigos 827, 835 e 838 do Código Civil Brasileiro.

4.8.7. Desde que cumpridas as obrigações assumidas, a garantia prestada será liberada ou restituída no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD e quando em dinheiro atualizada monetariamente.

4.8.8. O CREA-SP poderá fazer uso da garantia de execução contratual, para pagamento de indenizações, bem como das multas previstas neste instrumento e, não sendo esta suficiente, responderá a Contratada pela diferença e pela garantia e/ou complementação da garantia a ser mantida, observadas as condições estabelecidas neste instrumento.

#### **4.9 ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

4.9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais Cláusulas e condições do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

#### **5 ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO**

5.1. Contratação de serviços técnicos de advocacia de natureza trabalhista para a defesa dos interesses do CREA-SP perante a Justiça do Trabalho e a Justiça Federal, em todas as fases e instâncias, incluindo os Tribunais Superiores, abrangendo a elaboração e interposição de petições, contestações, recursos e demais peças jurídicas até a execução final em processos judiciais principais, acessórios, preventivos ou incidentais, além daqueles objeto de acordo, incluindo ainda a representação nos processos administrativos que tramitam em entidades e órgãos públicos, quando solicitado. Para tanto, além da atuação em todas as instâncias judiciais e da orientação técnica jurídica em ações decorrentes da relação de trabalho, compõem o objeto:

5.2. A Contratada deverá prestar assessoria jurídica, de forma prática e objetiva, quanto a legislação trabalhista nos regimes CLT e ESTATUTÁRIO. A prestação de serviços será mediante demanda, de acordo com a necessidade do CREA-SP.

5.3. A solução de questões que envolvam ou venham a envolver empregados, ex-empregados (comissionados ou efetivos), estagiários, jovens aprendizes, empregados terceirizados e outros que, mesmo sem vínculo empregatício ou subordinação direta, possuam ou venham a ingressar com demandas desfavoráveis ao CREA-SP.

5.4. As ações em curso de interesse do CREA-SP e que se refiram a questões de natureza trabalhistas (qualquer controvérsia sobre direitos e deveres oriundos da relação mantida entre a Administração e seus funcionários, em matéria celetista e/ou estatutária, inclusive quanto à admissão, enquadramento, redistribuição, promoção, aposentadoria, demissão ou reversão, como autor, réu, assistente, opoente, ou sob qualquer outra forma de intervenção);

5.5. A execução do objeto compreende todas as relações de trabalho do CREA-SP, composta das seguintes atividades mínimas:

**a)** Ajuizamento de ações, contestações, réplicas, rescisórias, oposições, elaboração e apresentação de defesas, exceções, memoriais, informações, manifestações e, de forma geral, o cumprimento a todas as intimações geradas no processo, comparecimento a audiências, interposição de recursos e respostas a estes, em todas as instâncias, inclusive perante Tribunais Superiores, sustentação oral em todos os processos e em todas as instâncias, quando necessário ou solicitado pelo CREA-SP, arrazoados que se fizerem necessários e demais serviços jurídicos relacionados.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

- b)** Análise de processos com trânsito em julgado, ainda passíveis de ajuizamento de ação rescisória ou anulatória, nos quais o CREA-SP tenha figurado como parte, bem como a proposição da referida ação rescisória/anulatória.
- c)** Prática de todos os atos processuais, incidentais e demais medidas judiciais e extrajudicial necessárias ao perfeito atendimento e acompanhamento das ações, recursos e demais procedimentos correlatos, perante as Varas do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 2ª e 15ª Regiões (não exclusivamente, conforme observação), Tribunal Superior do Trabalho; bem como nas Subseções da Justiça Federal da 3ª Região, Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, dentre outros (Observação: É importante destacar que, embora raro, pode haver casos em que o Contratado deverá atuar em outras regiões dos tribunais do trabalho ou tribunais federais, uma vez que o CREA-SP, devido a serviços terceirizados que operam em diversas localidades, como o serviço de call center, pode ter funcionários terceirizados trabalhando em outros estados da federação, o que pode levar à inclusão do CREA-SP no polo passivo de demandas judiciais.);
- d)** Prestação de informações em mandado de segurança, a interposição de todos os recursos pertinentes ou respostas àqueles interpostos pela parte contrária, ou qualquer outra forma de manifestação nos autos, até a última instância de decisão e execução;
- e)** Atividades administrativas inerentes à gestão e informação dos serviços, inclusive elaboração de relatórios e análises decorrentes;
- f)** Acompanhamento, assistência e assessoramento nas perícias médicas, contábeis e na elaboração de cálculos judiciais, trabalhistas e previdenciários;
- g)** Representação administrativa e judicial em negociações coletivas, acordos e convenções;
- h)** Acompanhamento sistemático dos processos e procedimentos extrajudiciais, em que o CREA-SP seja autor, réu, oponente, assistente ou de alguma forma interessado, inclusive, processos objeto de acordo, bem como os processos que tramitam em esfera administrativa das entidades e órgãos públicos, quando solicitado.
- i)** Comparecimento em audiências e a reuniões em ações judiciais instauradas pelo Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Federal, dentre outros;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

**5.6. Compete, ainda, à Contratada na execução do objeto:**

- a)** Prestar os serviços objetivando resultados que atinjam os mais altos padrões de excelência, respondendo pela sua boa qualidade, mediante utilização de equipe técnica competente, composta de profissionais experientes e qualificados;
- b)** Garantir que a equipe técnica acompanhe e assine todos os atos relacionados à execução do objeto;
- c)** Estar disponível para esclarecer quaisquer dúvidas das 8h às 17h em dias úteis, além de comparecer a reuniões agendadas a pedido do CREA-SP para esclarecimento de processos e participar de outros compromissos relacionados aos processos, quando solicitado.
- d)** Enviar ao CREA-SP até o quinto dia útil do mês seguinte, os relatórios detalhados sobre o andamento dos processos sob a sua responsabilidade, contendo no mínimo os seguintes dados:
  - I) Autor;
  - II) Réu;
  - III) Objeto;
  - IV) Valor da causa;
  - V) Instâncias;
  - VI) Fase processual (conhecimento ou execução);
  - VII) Possibilidade de êxito;
  - VIII) Datas dos feitos;
  - IX) Descrição resumida dos atos praticados, bem como a quantidade e a identificação das ações; e
  - X) arquivadas no período.
- e)** Reservar ao CREA-SP o direito de acesso integral aos processos sob sua responsabilidade, por meio de uma plataforma online ou sistema informatizado de acompanhamento processual.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

f) Efetuar todos os atos de quitação tempestiva das despesas judiciais e/ou administrativas inerentes à execução do objeto. Para tanto, a Contratada deverá solicitar, por meio de formulário eletrônico específico, os pedidos de recursos financeiros para o pagamento de despesas judiciais ou extrajudiciais, depósitos recursais, preparos, custas e/ou emolumentos, dentre outros, relativos aos processos abrangidos por este instrumento. Na hipótese de descumprimento do prazo ou de alguma formalidade no preenchimento do formulário que impeça o repasse dos valores por parte do CREA-SP, a Contratada deverá efetuar o pagamento às suas expensas, sem prejuízo ao posterior pedido instruído de ressarcimento;

g) É imperativo estabelecer que a inobservância de quaisquer prazos processuais não poderá, sob nenhuma circunstância, ser justificada pela ausência de pagamento antecipado pelo CREA-SP, seja qual for a natureza do recurso financeiro, como as despesas judiciais ou extrajudiciais, depósitos recursais, preparos, custas e/ou emolumentos. Compete à Contratada a responsabilidade de realizar esses pagamentos utilizando seus próprios recursos financeiros, garantindo assim a continuidade e eficácia da representação legal. Tal ação não impede que a Contratada solicite, posteriormente, o devido ressarcimento desses valores, desde que acompanhado da respectiva justificativa e documentação comprobatória.

h) Providenciar a juntada aos autos dos laudos periciais necessários, respeitando os prazos processuais estipulados pela legislação pertinente. Destaca-se que o CREA-SP compromete-se a arcar com os custos relacionados à contratação de assistente técnico especializado para a elaboração destes laudos periciais, condicionado à comprovação de sua necessidade e relevância para a eficácia e progresso do processo.

i) Providenciar a juntada aos autos dos **cálculos de liquidação** de sentença ou execução (**cálculos contabilistas**), observando os prazos processuais, destacando que o CREA-SP **não cobrirá** despesas com contador destinadas à contestação de cálculos ou à interposição de recursos relacionados. O ônus financeiro dessas atividades recairá exclusivamente sobre o Contratado.

j) Considerar que **não haverá reembolso** de despesas de alimentação e/ou hospedagem, locomoção/deslocamentos para quaisquer compromissos. Considerando que o CREA-SP está presente em todo o Estado de São Paulo, abrangendo as jurisdições do TRT-2ª Região, TRT-15ª Região e do TRF 3ª Região, o proponente deve estar atento ao fato de que audiências presenciais distantes da localidade do escritório podem impactar nas despesas. Além disso, é importante ressaltar que, embora raro, pode haver casos em que o Contratado deverá atuar em outras regiões dos tribunais do trabalho e tribunais federais, uma vez que o CREA-SP, devido a serviços



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

terceirizados que funcionam em diversas localidades, como o serviço de call center, pode ter funcionários terceirizados trabalhando em outros estados da federação, e o CREA-SP pode ser incluído no polo passivo da demanda.

<b>DESPESAS (resumo)</b>	
<b>O CREA-SP ARCARÁ</b>	<b>O CREA-SP <u>NÃO</u> ARCARÁ</b>
<b>1.</b> Custas, emolumentos e despesas processuais.	<b>1.</b> Cálculos de liquidação de sentença ou execução - cálculos contabilistas.
<b>2.</b> Preparo recursal.	<b>2.</b> Diárias: despesas de alimentação e/ou hospedagem, locomoção/deslocamentos para quaisquer compromissos.
<b>3.</b> Assistente Técnico.	-----

**k)** Formalizar e cumprir as ordens de serviços, bem como observar e cumprir os prazos fixados para a execução de todas as atividades;

**l)** Acordar com o CREA-SP as teses em litígio, especialmente as questões controvertidas e complexas, predispondo-se ao debate teórico que vise ao aprimoramento e ao padrão mínimo da defesa dos interesses do CREA-SP;

**m)** Solicitar ao CREA-SP, sempre que necessário, o preposto, os documentos e as informações detalhadas (subsídios) para a elaboração da defesa ou de quaisquer outras manifestações processuais, atendendo às recomendações de natureza técnica e/ou institucional emanadas.

**n)** Orientar e instruir antecipadamente o preposto do CREA-SP, preparando-o para uma atuação eficaz em cada audiência, com vistas a minimizar o risco de insucesso da ação;

**o)** Quando for o caso (interposição não for recomendável ou se tratar de estratégia processual adequada e pertinente ao caso em espécie), elaborar e apresentar parecer sugerindo a não interposição de recurso judicial, estando condicionado obrigatoriamente à autorização prévia do CREA-SP;

**p)** Solicitar autorização expressa e prévia para a celebração de acordos, desistência de feitos ou renúncia, bem como quaisquer decisões que possam influenciar a conclusão dos processos;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

- q)** Informar, por iniciativa própria, em prazo hábil e por escrito, todo e qualquer fato relevante (processual ou não) que possa acarretar algum impacto institucional, administrativo e/ou financeiro para o CREA-SP;
- r)** Executar outros atos necessários à melhor defesa de interesses do CREA-SP, usando todos os recursos, ações, requerimentos e impugnações admitidos em direito como meio de defesa e garantia de direitos, somente se eximindo desta responsabilidade mediante autorização prévia e expressa do CREA-SP;
- s)** Propor, desde que expressamente autorizado pelo CREA-SP, as ações judiciais pertinentes ao objeto do Contrato e que forem adequadas à defesa dos interesses do CREA-SP;
- t)** Informar o grau de risco de perda e os respectivos valores de provisão dos processos, bem como informar sobre eventuais alterações de risco ocorridas durante o trâmite processual e as respectivas mudanças no valor provisionado de cada processo;
- u)** Enviar as cópias de alvarás levantados pelos reclamantes e dos expedidos em favor do CREA-SP, com o descritivo dos valores, visando às suas contabilizações;
- v)** Fornecer sempre que solicitado pelo CREA-SP o relatório de contingências de passivos trabalhistas com os valores e prazos estimados dos processos e respectivos percentuais de risco;
- w)** Manter seu registro regular perante a Ordem dos Advogados do Brasil subseção São Paulo. Além disso, é responsabilidade da Contratada comprovar a regularidade profissional da equipe técnica envolvida na execução do objeto;
- x)** Responsabilizar-se, para todos os fins e efeitos jurídicos, como único e exclusivo empregador da equipe técnica ou qualquer outra pessoa indicada para a execução de atividades pertinentes ao objeto do Contrato, ficando afastada do CREA-SP, em qualquer hipótese, a responsabilidade trabalhista e previdenciária;
- y)** Responder civil e criminalmente pela guarda e conservação de toda a documentação e demais informações que lhe forem entregues pelo CREA-SP, ou que tenha acesso por força deste instrumento;
- z)** Entregar ao CREA-SP, na hipótese de rescisão do Contrato, os relatórios pormenorizados de processos sob o seu patrocínio, acompanhados dos respectivos dossiês.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**5.7. Na execução do objeto a Contratada deve considerar as seguintes condições mínimas:**

**5.7.1. Equipe técnica:**

5.7.1.1. A execução do objeto será responsabilidade exclusiva da equipe técnica indicada pelo proponente durante a apresentação da proposta técnica para execução dos serviços, devendo esta equipe participar ativamente na prestação dos serviços, sob a coordenação do profissional indicado durante o procedimento licitatório.

5.7.1.2. O coordenador indicado, conforme estabelecido no subitem anterior, além de outras funções pertinentes aos serviços contratados, deverá atuar como advogado coordenador diretamente responsável pela carteira de processos do CREA-SP. Ele também será responsável pela revisão e supervisão dos trabalhos dos advogados da equipe técnica.

5.7.1.3. Na execução dos serviços, o CREA-SP estabelecerá contato sempre com o coordenador da equipe técnica da Contratada.

5.7.1.4. O CREA-SP deverá ser expressa e previamente informado sobre qualquer eventual substituição do coordenador. Tal substituição só será aceita caso seja apresentado um profissional pertencente à equipe técnica.

5.7.1.5. Em regra, os poderes outorgados pelo CREA-SP em procuração não poderão ser substabelecidos para profissionais não integrantes da equipe técnica. Poderá haver substabelecimento para profissionais externos à equipe técnica, mediante prévia e expressa aprovação do CREA-SP, especialmente para a execução de atividades acessórias aos serviços contratados, como em municípios distantes de São Paulo-SP. Essa substituição não isenta a Contratada da responsabilidade pelo ônus e pela correção técnica dos serviços.

5.7.1.6. Todo(s) o(s) profissional(is) indicado(s) pela proponente deverá(ão) participar da execução dos serviços objeto da licitação até o termo final do contrato, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo CREA-SP. Portanto, a substituição de qualquer dos integrantes da equipe técnica dependerá de prévia e expressa autorização do CREA-SP.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

#### **6 DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

- 6.1. A responsabilidade primária do CREA-SP é de fornecer todas as informações necessárias e que estiverem disponíveis para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 6.2. Para o regular cumprimento do contrato, assistirá ao CREA-SP fornecer, sempre que deles dispuser, os elementos solicitados pela contratada, referentes aos argumentos da defesa de seus direitos.
- 6.3. Colocar à disposição da contratada testemunha e preposto, conhecedores dos fatos da ação trabalhista.
- 6.4. Viabilizar toda fiscalização necessária ao acompanhamento dos serviços.
- 6.5. Notificar por escrito a contratada, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontrados na execução dos serviços.
- 6.6. Notificar por escrito a contratada, da aplicação de eventual penalidade.

#### **7 DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

- 7.1. A contratada se obriga a:
- 7.1.1. Preliminarmente ao início dos serviços, apresentar:
- 7.1.1.1. Prova de inscrição no Cadastro dos Contribuintes Municipais expedida pelo órgão competente da Prefeitura do Município onde está localizada a Contratada, que demonstre a possibilidade de emissão das notas fiscais para os serviços ora contratados.
- 7.1.2. Dar início à execução dos serviços a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço (O.S.) expedida pelo CREA-SP.
- 7.1.3. Articular-se com o Departamento Jurídico do CREA-SP, no primeiro mês de vigência do contrato, objetivando a transferência dos processos a serem assumidos pela Contratada, de forma a não haver solução de continuidade que venha a prejudicar o bom andamento das ações.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

7.1.4. Responsabilizar-se pelo estudo de todos os documentos e outros elementos fornecidos pelo CREA-SP para a execução do objeto deste instrumento, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de ignorância dos mesmos.

7.1.5. Assegurar que a condução de cada processo fique sob responsabilidade dos integrantes da Equipe Técnica indicada para a execução dos serviços.

7.1.6. Arcar com todos os custos relacionados com o pessoal necessário à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos devidos, bem como os encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, seguros e outros não mencionados.

7.1.7. Fornecer todo e qualquer material e mão-de-obra necessários à execução dos serviços contratados.

7.1.8. Arcar com todos os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre este contrato, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos determinados por lei.

7.1.9. Executar fielmente, dentro dos limites de suas atribuições, o objeto do contrato, conforme condições constantes no termo de referência, edital, contrato e em seus anexos.

7.1.10. Empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exatidão no trato de qualquer interesse do CREA-SP, sob seus cuidados profissionais.

7.1.11. Acompanhar totalmente cada processo até o final.

7.1.12. Proceder ao acompanhamento preventivo dos processos junto às Varas competentes, visando antecipar-se ao conteúdo das publicações.

7.1.13. Solicitar ao CREA-SP, em prazo hábil e por escrito, as providências que venham a depender da atuação do CREA-SP, relativa aos processos trabalhistas objeto do contrato.

7.1.14. Somente atender as recomendações de natureza técnica ou geral, que tenham sido emanadas pelo CREA-SP.

7.1.15. Não aceitar e/ou propor ações em face do CREA-SP.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

7.1.16. Utilizar todos os recursos, requerimentos e impugnações admitidas em Direito como meio de defesa e garantia dos direitos do CREA-SP, somente eximindo-se desta responsabilidade caso o CREA-SP autorize, por escrito, a não utilização destes meios processuais.

7.1.17. Responder, juntamente com seus sócios e integrantes não sócios, subsidiariamente pelos danos causados ao CREA-SP por ação ou omissão na execução do objeto do contrato, sem prejuízo de outras responsabilidades legais.

7.1.18. A Contratada deverá permitir e garantir ao CREA-SP o gerenciamento remoto dos processos sob sua responsabilidade, mediante a disponibilização e instalação de software adequado para esse fim. A Contratada fornecerá ao Conselho login e senha para acesso. O valor da licença de uso estará incluído no preço do contrato.

7.1.19. A Contratada enviará ao CREA-SP, até o dia 10 (dez) de cada mês, por e-mail previamente definido, um relatório resumido com o posicionamento dos processos, para acompanhamento geral do Gestor do Contrato. Esse envio será condição para a aceitação do serviço e para a apuração e recebimento do preço contratado. No mesmo prazo, deverá ser apresentado um relatório detalhado sobre os processos em trâmite, informando sua procedência, improcedência, procedência parcial, trânsito em julgado, fase final ou se o processo já foi liquidado ou arquivado.

7.1.20. Apenas serão considerados recebidos os e-mails para os quais a Contratada obtiver a devida confirmação de recebimento.

7.1.21. Inserir no sistema informatizado, e manter atualizadas semanalmente, as informações processuais mínimas sobre o andamento dos processos. Os processos que não tiverem andamento no período superior a 03 (três) meses, deverão ser atualizados no mínimo trimestralmente ainda que seja para informar a inexistência de andamento ou em Relatório a ser enviado por e-mail.

7.1.22. Manter arquivo eletrônico, contendo cópia das principais peças de cada um dos processos, inclusive, mas não limitadamente, as seguintes:

- (i). petição inicial;
- (ii). contestação;
- (iii). laudos periciais;
- (iv). atas de audiência;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

- (v). sentenças;
- (vi). acórdãos de todas as instâncias;
- (vii). embargos;
- (viii). recursos;
- (ix). acordos nos autos;
- (x). guias de recolhimento fiscais e previdenciários; e,
- (xi). publicações.

7.1.23. Atender qualquer solicitação ou convocação do CREA-SP, imediatamente após a cientificação para tal fim, tanto por via telefônica ou e-mail, dentro do horário administrativo (8h às 17h).

7.1.24. Atender o CREA-SP no prazo de, no máximo, 2 (duas) horas contadas da comunicação formal, em assuntos urgentes.

7.1.25. Ter escritório instalado em espaço físico próprio ou alugado que tem como única finalidade o funcionamento de escritório e que tenha capacidade de atender a demanda atual e as previsões futuras dos processos do CREA-SP.

7.1.26. Ter sistema informatizado de controle de processos, tendo plenas condições de prestar informações com agilidade sobre processos envolvendo o CREA-SP nos prazos estabelecidos.

7.1.27. Orientar, dirimir possíveis dúvidas que surjam através de pareceres ou de consultas escritas ou verbais, quanto ao trâmite dos processos ou qualquer outra que seja do interesse do CREA-SP.

7.1.28. Efetuar todos os atos de quitação tempestiva das despesas judiciais e/ou administrativas inerentes à execução do objeto. Para tanto, a Contratada deverá solicitar, por meio de formulário eletrônico específico e com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis (ressalvados os casos especiais devidamente justificados), os pedidos de recursos financeiros para o pagamento de despesas judiciais ou extrajudiciais, depósitos recursais, preparos, custas e/ou emolumentos, dentre outros, relativos aos processos abrangidos por este instrumento.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

7.1.28.1. Na hipótese de descumprimento do prazo ou de alguma formalidade no preenchimento do formulário que impeça o repasse dos valores por parte do CREA-SP, a Contratada deverá efetuar o pagamento às suas expensas, sem prejuízo ao posterior pedido instruído de ressarcimento;

7.1.28.2. Quando for o caso (interposição não for recomendável ou se tratar de estratégia processual adequada e pertinente ao caso em espécie), elaborar e apresentar, com antecedência de até 05 (cinco) dias úteis do término do prazo processual, parecer sugerindo a não interposição de recurso judicial, estando condicionado obrigatoriamente à autorização prévia do CREA-SP;

7.1.29. Solicitar ao CREA-SP, sempre que necessário, o preposto, os documentos e as informações detalhadas (subsídios) para a elaboração da defesa ou de quaisquer outras manifestações processuais, atendendo às recomendações de natureza técnica e/ou institucional emanadas. O CREA-SP terá um prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis para atender a essas solicitações, salvo em casos excepcionais devidamente justificados.

7.1.30. Comunicar ao CREA-SP e enviar a esta no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas da data da publicação, o alvará ou guia de retirada para levantamento de valores, sob pena da aplicabilidade das penalidades cabíveis.

7.1.31. Comunicar ao CREA-SP, no prazo de 12 (doze) horas, contados da data da publicação, todos os recolhimentos fiscais e previdenciários, que devem ser procedidos, sob pena da aplicabilidade das penalidades.

7.1.32. Comunicar toda e qualquer alteração legislativa, de normas procedimentais da justiça ou órgão administrativo local, que afete quaisquer dos processos, independentemente do status em que se encontre.

7.1.33. Fornecer a qualquer tempo, quando solicitado pelo CREA-SP, todas as informações relativas aos processos judiciais sob seu patrocínio.

7.1.34. Apresentar comprovantes de pagamentos de despesas com a condução dos processos, tais como taxas, impostos, contribuições, depósitos, pagamento de condenações, devidamente autorizadas pelo CREA-SP, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data da obtenção do adiantamento dos recursos respectivos, sob pena de suspensão do pagamento do ajustado, até a regularização das referidas pendências.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

7.1.35. Não divulgar, nem fornecer a terceiros, dados ou informações referentes aos serviços executados pelo CREA-SP, salvo com autorização expressa desta.

7.1.36. Repassar imediatamente ao CREA-SP as pastas processuais eletrônicas, em caso de encerramento dos processos ou rescisão contratual.

7.1.37. Encaminhar ao CREA-SP, em caso de rescisão deste contrato por qualquer motivo, Relatório Circunstanciado de todos os feitos sob sua responsabilidade, bem como todos os documentos, pastas, cópias e demais papéis que se relacionem a eles.

7.1.38. Enviar dentro dos prazos previamente estipulados, informações processuais e financeiras relacionadas aos processos sob seu patrocínio, bem como outros relatórios que venham a ser solicitados pelo CREA-SP.

7.1.39. Zelar pela segurança de seu pessoal, observando a legislação pertinente relativa à Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho.

7.1.40. Requerer a exclusão do CREA-SP, das eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados ou ex-empregados da Contratada, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante quaisquer terceiros interessados.

7.1.41. Zelar no que lhe compete, pelo correto encaminhamento das medições, faturas e demais documentos decorrentes do contrato, nos endereços e aos destinatários indicados pelo CREA-SP, de forma a evitar extravios que possam implicar morosidade ou até suspensão nos compromissos e obrigações por parte do CREA-SP.

7.1.42. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação que deu origem ao presente instrumento.

7.1.43. A substituição de qualquer dos integrantes da Equipe Técnica dependerá de prévia e expressa autorização do CREA-SP.

7.1.44. Para efeitos de cumprimento e execução dos serviços especificados no objeto do contrato, a Contratada se obrigará, através de seu pessoal ou preposto expressamente habilitado, a comparecer no CREA-SP para a retirada das citações e intimações judiciais, bem como para a coleta de todo e qualquer documento necessário à instrução do feito que estará disponibilizado no prazo de



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

até 02 (dois) dias úteis anteriores à data da audiência ou do prazo fixado para o ato processual, sem qualquer ônus ou responsabilidade do CREA-SP.

7.1.45. Sempre que possível, os documentos necessários à instrução dos processos serão disponibilizados por meio eletrônico, facilitando o acesso da Contratada e otimizando o cumprimento dos prazos, sem a necessidade de comparecimento físico ao CREA-SP.

7.1.46. Após a assinatura do contrato, a Contratada será informada sobre as competências de cada área do CREA-SP. Caberá a Contratada entrar em contato com as áreas responsáveis para solicitar qualquer documentação necessária.

7.1.47. A inobservância de quaisquer prazos processuais não poderá, sob nenhuma circunstância, ser justificada pela ausência de pagamento antecipado pelo CREA-SP, seja qual for a natureza do recurso financeiro, como as despesas judiciais ou extrajudiciais, depósitos recursais, preparos, custas e/ou emolumentos.

7.1.48. Compete à Contratada a responsabilidade de realizar esses pagamentos utilizando seus próprios recursos financeiros, garantindo assim a continuidade e eficácia da representação legal. Tal ação não impede que a Contratada solicite, posteriormente, o devido ressarcimento desses valores, desde que acompanhado da respectiva justificativa e documentação comprobatória.

7.1.49. Não atuar como procurador de partes que estejam em litígio com o CREA-SP (simultânea ou sucessivamente). Para tanto, a equipe técnica, os sócios, advogados associados ou advogados empregados não poderão atuar em qualquer causa em desfavor do CREA-SP durante a vigência do Contrato, estendendo-se tal proibição por 02 (dois) anos após o término de vigência do instrumento contratual.

#### **7.2. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD – CONFIDENCIALIDADE E SEGREDO COMERCIAL**

##### **7.2.1. CONFIDENCIALIDADE**

7.2.1.1. A Contratada se obriga a manter em absoluta confidencialidade todas as informações, dados e documentos aos quais venha a ter acesso em razão da execução dos serviços, objeto do contrato, bem como todo o produto gerado por esta, não podendo divulgá-los, cedê-los, doá-los, repassá-los, vendê-los, reproduzi-los por quaisquer meios, ou transferi-los, a qualquer título, em qualquer tempo e circunstância, ainda que após a rescisão deste contrato, tampouco usá-los em benefício próprio ou de terceiros ou para finalidade diversa da ora ajustada, salvo mediante autorização expressa do CREA-SP, devendo ainda, adotar todas as providências necessárias para



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

que seus empregados, prepostos e sócios tomem ciência da natureza sigilosa desses e respeitem a integridade da guarda dessas informações, dados e documentos.

7.2.1.2. Fica a Contratada, ou qualquer pessoa a ela ligada, expressamente proibida de comentar ou divulgar perante terceiros, inclusive e principalmente imprensa, quaisquer fatos ligados aos processos cujo patrocínio lhe tenham sido confiados. Mesmo nos casos em que a divulgação atender aos interesses do CREA-SP, esta somente será permitida mediante expressa autorização do CREA-SP, situação na qual o escritório será devidamente autorizado e instruído de como proceder.

7.2.1.3. A Contratada responderá civil e criminalmente, arcando, integralmente, com todos os valores relativos ao ressarcimento por perdas e danos e por prejuízos sofridos pelo CREA-SP, ou que essa seja compelida a pagar, eventualmente causados a empregados dessa, a clientes, a terceiros ou aos bens de quaisquer desses, decorrentes do não cumprimento do dever de sigilo, aqui evidenciado, sem prejuízo da rescisão contratual e aplicação das multas estipuladas contratualmente.

#### **7.2.2. SEGREDO COMERCIAL**

7.2.2.1. Nenhum Segredo Comercial perderá a proteção, por força de lei ou de outra forma, ao final do Período de Restrição. Todo Segredo Comercial continuará protegido pelo tempo em que continuar a ser um Segredo Comercial e a Contratada não usará, nem revelará, nem tampouco permitirá que seus empregados, prepostos ou sócios usem ou revelem, Segredo Comercial algum em violação a esta cláusula ou a qualquer outra restrição, durante o prazo em que o mesmo continuar a ser um Segredo Comercial.

7.2.2.2. A Contratada informará imediatamente ao CREA-SP acerca de qualquer tentativa não autorizada visando a obtenção ou o uso de "Informações Confidenciais" ou "Segredos Comerciais".

7.2.2.3. A expressão "Segredos Comerciais", significa qualquer informação que:

**a)** Derive valor econômico real ou potencial pelo fato de não ser conhecida, e que não possa ser imediatamente acessada através de meios adequados, por quaisquer pessoas que possam obter valor econômico em virtude de sua revelação ou uso; e

**b)** Esteja sujeita a esforços razoáveis sob circunstâncias que visem manter seu sigilo.

7.2.2.4. A expressão "Informações Confidenciais" significa qualquer informação que, embora não chegue a ser um Segredo Comercial, é uma informação exclusiva do CREA-SP ou relacionada a negócios e atividades, obras protegidas, aplicações, sistemas, programas ou procedimentos do



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

CREA-SP, inclusive, sem limitação, informações recebidas de clientes ou de terceiros sob sigilo, listas e compilações de clientes potenciais ou existentes do CREA-SP, dados sobre operações de vendas, informações técnicas, comerciais ou financeiras internas do CREA-SP.

7.2.2.5. A Contratada reconhece que todos os Segredos Comerciais e Informações Confidenciais a que tiver acesso em virtude da prestação de serviços são de propriedade do CREA-SP e a Contratada concorda em devolver ao CREA-SP imediatamente, bem como a fazer com que seus empregados, prepostos e sócios devolvam, todos os Segredos Comerciais e Informações Confidenciais, bem como todas as suas cópias.

7.2.2.6. A Contratada terá que devolver ao CREA-SP, bem como a fazer com que seus empregados, prepostos e sócios devolvam, mediante solicitação ou rescisão, todos os outros clientes ou programa de computador bem como quaisquer cópias dos referidos itens obtidos pela Contratada em virtude de seus serviços.

#### **7.2.3 OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD**

7.2.3.1. As partes envolvidas, por si e por seus colaboradores, deverão observar as disposições da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, quando do tratamento dos dados pessoais ou dados pessoais sensíveis, em especial quanto à finalidade, boa-fé e demais princípios insculpidos no art. 6º da LGPD.

7.2.3.1.1. A Contratante figura na qualidade de Controlador de dados enquanto a Contratada é definida como Operadora de dados.

7.2.3.1.1.1. A Contratante e a Contratada serão consideradas controladoras conjuntas quando esta transferir dados pessoais e dados pessoais sensíveis de seus representantes, prepostos ou colaboradores à Contratante.

7.2.3.2. A Contratada indicará encarregado para assuntos relacionados à LGPD que poderá ser o mesmo colaborador qualificado como preposto para outros assuntos relacionados à execução do Contrato.

7.2.3.2.1. O fiscal nomeado pela Contratante contará com a orientação da unidade da Contratante indicada como encarregada para atuar como canal de comunicação entre a Contratante, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

7.2.3.3. A Contratante tratará dados pessoais e dados pessoais sensíveis dos representantes, prepostos ou colaboradores da Contratada, para viabilizar acesso às instalações físicas e sistemas de informação essenciais ao desenvolvimento das atividades contratadas, além de cumprir com o dever legal de fiscalização na execução do Contrato.

7.2.3.3.1. Os dados pessoais dos representantes, prepostos e colaboradores da Contratada, obtidos em razão desse Contrato, poderão ser divulgados pela Contratante com a finalidade de cumprir mandamentos legais e jurisprudenciais relacionados à transparência.

7.2.3.4. A Contratada está obrigada a guardar sigilo por si, por seus colaboradores ou prepostos, nos termos da LGPD, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento ou ter acesso em razão deste Contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências de eventual tratamento indevido ou uso em desconformidade com o objeto desse Contrato.

7.2.3.5. A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula contratual, inclusive no tocante à Política de Proteção de Dados Pessoais da Contratante, cujos princípios deverão ser aplicados ao tratamento dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis.

7.2.3.5.1. A Contratante se certificará de que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumam compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitas a obrigações legais de confidencialidade.

7.2.3.6. É vedado à Contratada o tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

7.2.3.7. A Contratada responderá administrativa e judicialmente por eventuais danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais tratados, causados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

7.2.3.8. A Contratada fica obrigada a comunicar à Contratante qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, para que a Contratante se adote for o caso, as providências dispostas no art. 48 da LGPD.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

7.2.3.9. Extinto o presente instrumento ou alcançado o objeto que encerre o tratamento de dados pessoais, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato físico ou digital, autorizada a conservação conforme as hipóteses previstas no art.16 da LGPD.

## **8 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **8.1 DEFINIÇÃO DE COMO DEVE SER EXECUTADO O OBJETO DO CONTRATO E COMO ESTE DEVERÁ PRODUIR OS RESULTADOS PRETENDIDOS DESDE SEU INÍCIO E ATÉ SEU ENCERRAMENTO**

8.1.1. O contrato deve ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e cada parte responder pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.1.2. A designação dos gestores e dos fiscais de contratos e os respectivos substitutos deverão atender ao que prescrevem os artigos 8º a 10 do Decreto nº 11.246/22.

8.1.3. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, e serão exercidas por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, assegurada a distinção das atividades e o não comprometimento do desempenho das ações relacionadas à gestão do contrato.

8.1.4. Na designação dos gestores e fiscais de contratos e dos respectivos substitutos, devem



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

ser considerados a compatibilidade com as atribuições do cargo, a complexidade da fiscalização, o quantitativo de contratos por agente público e a sua capacidade para o desempenho das atividades.

#### 8.2 LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO DO SERVIÇO

8.2.1. Os serviços devem ser realizados na sede da Contratada.

8.2.2. Caso haja necessidade de reunião ou entrega de envio de material impresso, deverá ser na Sede Faria Lima, no endereço Av. Brigadeiro Faria Lima, 1059, Gerência de Assuntos Jurídicos – GAJ - São Paulo - SP, CEP - 01452-920.

#### 8.3 PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO/FORNECIMENTO (Informar prazo de prorrogação e índice de reajuste contratual – art. 105 ao 114 da Lei 14.133/21)

8.3.1. O Contratado deverá executar os serviços dentro do prazo de vigência do contrato. O prazo para início da execução dos serviços começará a contar a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço (O.S.), que será emitida pelo CREA-SP em até 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato.

8.3.2. O serviço deverá ser prestado no regime de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 6º, XXVIII, a, da Lei nº 14.133/2021.

8.3.3. A prestação de serviços será mediante demanda, de acordo com a necessidade do CREA-SP.

8.3.4. Para os fins e efeitos da contratação, o acompanhamento dos processos será feito por patrocínio total. **Patrocínio Total:** A Contratada responsabilizar-se-á pela elaboração de todas as peças processuais, nos prazos determinados, judicial, administrativa ou legalmente, naquelas em que o CREA-SP figure como Reclamante/Autora ou Reclamada/Réu, participação em audiências, interposição de recursos ou remédios constitucionais e todos os demais atos inerentes à prestação de serviços. Será de inteira responsabilidade da Contratada o acompanhamento de todas as intimações judiciais em que figure como parte o CREA-SP, sem qualquer ônus adicional para o Conselho.

8.3.5. Será disponibilizado com vistas à execução do objeto, pessoal habilitado, em número suficiente, inclusive para atender eventuais necessidades extraordinárias, sobre o qual exercerá rigorosa supervisão, cumprindo e fazendo com que cumpram as normas de segurança estabelecidas pelo CREA-SP.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

8.3.6. Os serviços objeto deste contrato deverá ser executado com a mais estrita observância dos padrões, normas e especificações definidas pela legislação vigente, bem como as do CREA-SP, o qual se reserva o direito de avaliar, periodicamente, a qualidade dos serviços contratados, avaliação essa que será feita, com base entre outros, nos seguintes critérios:

- a) Qualidade Técnica;
- b) Cumprimento dos prazos;
- c) Capacidade de redução do valor do risco originalmente estabelecido;
- d) Êxito nos processos;
- e) Nível de qualidade, eficácia e agilidade no atendimento das solicitações do CREA-SP;
- f) Estrutura (instalações e segurança);
- g) Recursos Humanos técnicos e administrativos alocados para a prestação dos serviços;
- h) Especialização; e
- i) Recursos Tecnológicos disponíveis.

8.3.7. Todos os elementos técnicos e informações relativas aos serviços são de exclusiva propriedade do CREA-SP e deverão ser devolvidos findo o contrato, não podendo seu conteúdo ser copiado ou revelado a terceiros sem autorização expressa e escrita do CREA-SP, sob pena de responder por perdas e danos.

8.3.8. A inobservância do prazo de execução estipulado somente será admitida pelo CREA-SP, quando fundamentada nos motivos de força maior ou por motivos imputáveis ao CREA-SP, os quais deverão ser comprovados sob penalidades estipuladas no contrato. Essa hipótese somente será considerada mediante solicitação escrita e fundamentada da Contratada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da ocorrência do fato gerador do atraso e desde que aceita, também por escrito, pelo CREA-SP.

8.3.9. O valor definido no contrato contempla todos os equipamentos, materiais, instrumentos, mão-de-obra, acessórios, seguros cabíveis, pessoal, locomoção/deslocamentos, bem como os custos



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

indiretos (impostos, tributos, encargos, taxas, emolumentos etc.) e outras despesas, de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços.

#### **8.4 PRAZO DE VIGÊNCIA**

8.4.1. Os serviços serão prestados pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da assinatura do contrato, podendo, a critério do CREA-SP, ser prorrogado, nos termos do inciso I do art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/21, mediante celebração de termo aditivo assinado pela autoridade competente.

8.4.2. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data base de apresentação do orçamento estimado, em 03/10/2025.

8.4.3. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da Contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.4.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.4.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.4.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.4.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.4.9. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

8.4.10. Não está previsto o instrumento de repactuação, uma vez que se trata de contratação de serviço contínuo sem dedicação exclusiva de mão de obra.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

#### **8.5 ROTINAS DE EXECUÇÃO**

8.5.1. A Contratada terá um prazo de até 10 (dez) dias, a partir do recebimento da documentação pertinente, para propor a ação requerida pelo Conselho, exceto nos casos em que o ajuizamento deva ser realizado imediatamente, devido à prescrição ou à urgência solicitada.

8.5.2. A distribuição de ações à Contratada está limitada ao prazo de vigência do Contrato.

8.5.3. Nas hipóteses de rescisão ou desfazimento contratual em que a Contratada tenha dado causa, essa deverá continuar patrocinando as ações judiciais sob a sua responsabilidade, durante o prazo de 30 (trinta) dias úteis, salvo determinação em contrário do CREA-SP, caso em que a Contratada devolverá, de imediato, os documentos que lhe tiverem sido confiados, acompanhados de relatório analítico dos respectivos processos.

8.5.4. O CREA-SP, sempre que julgar conveniente aos seus interesses, poderá retomar o patrocínio de qualquer processo transferido à Contratada, sem que tal ato origine qualquer tipo de ressarcimento ou sanção.

#### **8.6 MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO ENTRE A CONTRATADA E A ADMINISTRAÇÃO**

8.6.1. Serão utilizados os seguintes canais de comunicação e acompanhamento da execução do contrato:

- Correio eletrônico (e-mail);
- Ofício;
- Ordem de Serviços.

8.6.2. Toda a comunicação referente à prestação de serviço deverá ser encaminhada para os endereços de e-mail do gestor, fiscal técnico e fiscal administrativo, que serão informados à



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

Contratada após a assinatura do contrato.

**9 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

9.1. A Contratada atenderá a solicitações do CREA-SP relativas à verificação de andamento processual, extração de cópias, protocolos, levantamentos de alvarás e outras providências relativas às ações trabalhistas.

9.2. Exclusivamente para fins de cobrança dos valores devidos, a ação trabalhista deve ser considerada encerrada, cessando o pagamento:

(i) após transferência ou comprovação nos autos dos recolhimentos fiscais e previdenciários, e/ou

(ii) retirada de alvará para levantamento de depósitos recursais ou saldo remanescente de depósitos judiciais.

9.3. A Contratada obriga-se a informar, imediatamente, todos os processos encerrados, conforme definição constante do subitem 9.2, acima. A ausência dessa informação implicará o estorno de todos os pagamentos efetuados após a data do encerramento, preferencialmente mediante a compensação com quaisquer outros créditos relativos a pagamentos devidos pelo CREA-SP à Contratada.

9.4. O CREA-SP terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para a conferência do relatório e a sua aprovação.

9.5. O relatório não aprovado pelo CREA-SP será devolvido à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem anterior, a partir da data de sua reapresentação.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

9.6. Após a aprovação do relatório, a Contratada deverá, num prazo de até 02 (dois) dias úteis, apresentar ao Gestor do Contrato, as notas fiscais, das quais deverão constar todos os tributos incidentes na fonte sobre a prestação dos serviços, conforme item “10.15 - tributos”, acompanhadas do respectivo documento de cobrança.

9.7. Na nota fiscal e no documento de cobrança deverão ainda ser indicados o número do contrato, o período, e o número da Ordem de Serviço. No processamento do pagamento, obedecerá ao CREA-SP as disposições contidas na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, regulamentada pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, e normas complementares.

9.8. O documento de cobrança não aprovado pelo CREA-SP será devolvido à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 9.6 acima, a partir da data de sua reapresentação.

9.9. A devolução do documento de cobrança não aprovado pelo CREA-SP em hipótese alguma servirá de pretexto para que a Contratada suspenda a execução dos serviços.

9.10. Os valores de eventuais reajustamentos de preços deverão ser indicados no corpo do documento de cobrança e faturados separadamente do valor principal, acompanhados da respectiva memória de cálculo, bem como da cópia da publicação dos índices de preços que compõem a fórmula de reajuste.

9.11. O CREA-SP poderá, sem prejuízo do disposto no item “4.8 – garantia da contratação” deste instrumento, descontar dos pagamentos das faturas, importâncias que, a qualquer título, foram-lhe devidas pela Contratada em razão do contrato ou de qualquer outro celebrado entre o CREA-SP e a Contratada.

## **10 DO PAGAMENTO**

10.1 A Contratada deverá apresentar Relatório Mensal dos serviços executados ao CREA-SP até o 5º (quinto) dia útil, do mês subsequente à prestação do serviço, mediante protocolo onde conste a data de sua entrega.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

10.2 Para cada processo que lhe for substabelecido, a Contratada fará jus, a título de pagamento, ao valor fixo por processo/mês constante da tabela abaixo:

Quantidade de Processos sob a Responsabilidade da Contratada	Valor Fixo por processo/mês	Valor Total mensal
R\$	R\$	R\$

10.3. O CREA-SP **efetuará o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da entrega da nota fiscal do serviço executado e atestado ao Gestor do Contrato, desde que aprovados a medição, a nota fiscal e o documento de cobrança, nos prazos estabelecidos nos itens da medição e de pagamento.

10.4. A efetivação do(s) pagamento(s), fica condicionada à regularidade fiscal da Contratada.

10.5. Na hipótese de ocorrer devolução da medição, conforme estabelecido nos correspondentes itens deste instrumento, o prazo de pagamento se dilatará pelo número de dias contados entre a data de devolução e a(s) data(s) da nova apresentação.

10.6. O pagamento será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente entregues.

10.7. Retenção de impostos: O CREA-SP efetuará a retenção dos impostos eventualmente incidentes sobre o valor do bem/serviço conforme previsto na legislação aplicada.

10.8. O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.9. Caso a Contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos, de acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

10.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CREA-SP.

10.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.12. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

10.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CREA-SP.

10.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CREA-SP, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula, conforme previsto no ANEXO XI da IN 05/2017:

**EM** =  $I \times N \times VP$ , sendo:

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela a ser paga;

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438
		365	
TX = Percentual da taxa anual = 6%			

#### 10.15. TRIBUTOS



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

10.15.1. Todos os tributos e demais encargos devidos em decorrência, direta ou indireta, da contratação ou de sua execução, serão incluídos no preço do contrato, competindo à Contratada apurá-los e recolhê-los, sem direito a reembolso.

10.15.2. O CREA-SP se reserva o direito de solicitar à Contratada, quando entender conveniente, a exibição dos comprovantes de recolhimento de tributos e demais encargos devidos, direta ou indiretamente, por conta deste instrumento.

10.15.3. Se durante o prazo de vigência do contrato houver a alteração da alíquota dos tributos e demais encargos, ou a instituição de novos tributos que diretamente afetem os preços constantes do contrato, os mesmos serão ajustados desde que devidamente comprovada a sua incidência e devidamente acordada entre as partes.

10.15.4. Caso haja majoração de tributos e está esteja incluída na fatura, estando a Contratada em atraso, por fatos de sua exclusiva responsabilidade, o CREA-SP responderá, unicamente, pelo valor do tributo da época em que o evento deveria ter sido realizado, devendo a Contratada suportar o ônus dessa diferença.

10.15.5. O CREA-SP, quando for a responsável tributária e nessa qualidade, apurará e reterá os tributos devidos dos pagamentos que efetuar e os recolherá segundo a legislação vigente.

10.15.6. As notas fiscais serão emitidas com observância do prazo de recolhimento dos tributos incidentes na fonte. Na hipótese de a emissão se dar após o prazo de recolhimento ou de forma ou tempo que não permita o tempestivo recolhimento dos tributos incidentes na fonte, a Contratada assume, desde logo, a responsabilidade pelo pagamento dos correspondentes encargos moratórios.

10.15.7. A Contratada deverá fazer constar em suas notas fiscais todos os tributos incidentes na fonte, com indicação de sua base de cálculo, alíquota e do montante apurado. Na hipótese de isenção ou outra ocorrência que venha a inibir a incidência tributária, a Contratada deverá indicá-la no documento fiscal, acompanhada do devido fundamento legal.

10.15.8. Na ocorrência de divergência entre o valor do tributo informado na nota fiscal e o efetivamente apurado, retido e recolhido na fonte, a Contratada desde logo reconhece e autoriza ao CREA-SP a deduzir a diferença apurada no próprio ou em futuros pagamentos a ela efetuados, a qualquer título.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

10.15.9. Quando se tratar de faturamento decorrente de serviços tributados pelo Imposto sobre Serviços - ISS, retidos e recolhidos pelo CREA-SP, a cobrança deverá ser efetuada por documentos fiscais individualizados, de acordo com o município em que é prestado o serviço.

10.15.10. A Contratada, se permitida a dedução de materiais da base de cálculo do ISS, deverá tomar as providências previstas na legislação municipal pertinente para que ocorra seu reconhecimento pelo órgão municipal competente, de modo a que o ISS indicado na nota fiscal corresponda exatamente ao valor a ser recolhido. Nestas providências incluem-se o prévio exame da fiscalização ou o cadastramento das notas fiscais de materiais em programas específicos de apuração de impostos municipais.

10.15.11. Será de exclusiva responsabilidade da Contratada quaisquer tributos e/ou encargos financeiros que venham a ser imputados ao CREA-SP, em decorrência de incorreções de faturamento ou de situações que possam inibir o CREA-SP do cumprimento de suas obrigações tributárias, cabendo o respectivo ressarcimento.

#### **11 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada)**

##### **11.1 DA GESTÃO CONTRATUAL**

11.1. Antes da celebração do contrato, o CREA-SP tomará uma série de providências essenciais para assegurar o sucesso da contratação e a efetiva gestão e fiscalização do contrato. Estas providências incluem, mas não estão limitadas a, medidas preparatórias necessárias que visam capacitar servidores ou empregados designados para a fiscalização e gestão contratual, além de estabelecer um sólido arcabouço para a execução contratual. As ações a serem implementadas são detalhadas a seguir:

**a) Treinamento Especializado:** Será promovido um programa de treinamento focado na capacitação dos servidores ou empregados que estarão diretamente envolvidos na fiscalização e gestão do contrato. Este treinamento abordará aspectos fundamentais da legislação pertinente, princípios de direito trabalhista, e técnicas de gestão e fiscalização de contratos. A intenção é equipar os responsáveis com conhecimento técnico e prático suficiente para monitorar o desempenho do serviço advocatício, garantindo a aderência às especificações contratuais e às expectativas do CREA-SP.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**b)** Definição de Processos e Protocolos: Serão estabelecidos processos claros e protocolos de comunicação entre o CREA-SP e o escritório de advocacia contratado. Isso inclui procedimentos para o acompanhamento regular dos casos, solicitação e recebimento de relatórios de progresso, e métodos para a resolução de possíveis disputas ou desafios que possam surgir durante a vigência do contrato. O objetivo é criar um ambiente de trabalho colaborativo e transparente, facilitando a eficaz gestão do contrato.

**c)** Ferramentas e Sistemas de Gestão: A administração investirá na implementação ou aprimoramento de ferramentas e sistemas de gestão contratual, permitindo um acompanhamento efetivo do progresso dos serviços advocatícios. Tais sistemas contribuirão para a análise de dados, geração de relatórios detalhados, e monitoramento contínuo do desempenho do Contratado. Isso proporcionará à equipe de gestão do CREA-SP uma base sólida para tomar decisões informadas e agir prontamente quando necessário.

**d)** Estabelecimento de Indicadores de Desempenho: Serão definidos indicadores de desempenho chave específicos para a avaliação do serviço prestado pelo escritório de advocacia. Esses indicadores permitirão a mensuração objetiva da eficácia, eficiência, e qualidade dos serviços advocatícios, assegurando que os objetivos contratuais e institucionais sejam atendidos.

**e)** Criação de Um Comitê de Gestão Contratual: Será formado um comitê interdisciplinar para a gestão do contrato, composto por membros com expertise em direito, gestão de contratos, e áreas técnicas relevantes. Este comitê terá a responsabilidade de supervisionar a execução do contrato, resolver questões complexas que exijam decisões estratégicas, e garantir a conformidade com os termos contratuais e os objetivos institucionais.

11.1.2. No mais, nas hipóteses de rescisão ou desfazimento contratual em que a Contratada tenha dado causa, essa deverá continuar patrocinando as ações judiciais sob a sua responsabilidade, durante o prazo de 30 (trinta) dias úteis, salvo determinação em contrário do CREA-SP, caso em que a Contratada devolverá, de imediato, os documentos que lhe tiverem sido confiados, acompanhados de relatório analítico dos respectivos processos.

11.1.3. Ao adotar as providências enumeradas previamente à celebração do contrato, o CREA-SP demonstra seu compromisso não apenas com a legalidade e a moralidade na presente contratação, mas também com a gestão eficiente e responsável de recursos públicos. Essas medidas são fundamentais para a construção de uma relação contratual sólida e produtiva, que atenda às necessidades da autarquia e contribua para a superação dos desafios jurídicos enfrentados, sempre



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

pautada pelos princípios da eficiência, economicidade, e transparência.

#### **11.2 DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

11.2.1. O CREA-SP reserva-se o direito de exercer diretamente por si ou por intermédio de terceiros, devidamente credenciados, ampla fiscalização do cumprimento das obrigações atribuídas à Contratada, solicitando à mesma, sempre que achar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar ao CREA-SP quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços contratados.

11.2.2. A Contratada deverá manter registro completo dos serviços, por ela executados e objeto do presente contrato. A Contratada se compromete a dar acesso ao CREA-SP, a seus representantes devidamente identificados, mediante aviso, a qualquer instalação ou parte de uma instalação em que a Contratada esteja prestando serviços ao CREA-SP, e a dados e registros exclusivamente relativos aos serviços ora contratados para fins de controle e acompanhamento do CREA-SP.

11.2.3. A Contratada deverá prestar aos representantes do CREA-SP a assistência de que necessitem, cooperando plenamente com o CREA-SP ou seu designado, no tocante às funções de controle e acompanhamento e com relação às verificações por autoridades fiscalizadoras.

11.2.4. No desempenho de suas atividades, é assegurado à fiscalização o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

11.2.5. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização não eximirá a Contratada de total responsabilidade de executar os serviços, com toda cautela e boa técnica.

11.2.6. O exercício desta fiscalização não exonera a Contratada das responsabilidades que assumiu no tocante à boa qualidade dos serviços contratados.

11.2.7. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução das atividades serão comunicadas por escrito (por meio eletrônico) pela fiscalização.

11.2.8. Os serviços somente serão aceitos quando entregues em conformidade com as especificações, o que não eximirá a Contratada da responsabilidade sobre os mesmos.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

**12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Estimativas do valor da contratação, nos termos da IN SEGES/ME nº 65/2021, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado.

Obs.: Anexar quadro demonstrativo da pesquisa de preço efetuado no Anexo V, constando apenas o valor médio da pesquisa.

12.1. A análise das ações judiciais em andamento revela que, ao considerar um período de 5 anos, entre 2019 e 2023, o número médio de processos movidos contra o CREA-SP gira em torno de aproximadamente 60 por ano, conforme detalhado a seguir:

<b>PROCESSOS DE NATUREZA TRABALHISTA -Total</b>	
<b>Ano</b>	<b>Quantidade</b>
2023	33
2022	46
2021	151
2020	14
2019	40
<b>Total</b>	<b>284</b>
<b>Média</b>	<b>56,8</b>

12.2. Agora, considerando os processos que permaneceram em andamento no mesmo período, temos uma média de aproximadamente 40 processos ativos por ano, veja:

<b>PROCESSOS DE NATUREZA TRABALHISTA – Em andamento</b>	
<b>Ano</b>	<b>Quantidade</b>
2023	28
2022	30
2021	118
2020	8
2019	13
<b>Total</b>	<b>197</b>
<b>Média</b>	<b>39,4</b>

12.3. Dessa forma, ao subtrair a média de processos que entram da média de processos que saem, ficamos com cerca de 18 processos concluídos ou arquivados anualmente. Em outras palavras, a cada 60 novos processos que entram anualmente, 18 são encerrados dentro desse período (em média).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

MÉDIA DE PROCESSOS FINDOS NO PERÍODO DE 5 ANOS (2019 A 2023)			
2019-2023	Total de Processos	Processos em Andamento	Processos Finalizados
Número de Processos	284	197	87
Média	56,8	39,4	17,4

12.4. Para fins de estimativa de valor, será adotado como referência o prazo de 5 anos, conforme estipulado no artigo 106 da Lei nº 14.133/2021, que especifica a duração máxima para contratos dessa magnitude. Segue a tabela:

ESTIMATIVA PARA 5 ANOS (2024 A 2028)		
Ano	Processos em andamento + entrada	Processos Findos (saída)
Até 2023	<u>289</u>	-
2024	60	-18
2025	60	-18
2026	60	-18
2027	60	-18
2028	<b>60</b>	<b>-18</b>
<b>TOTAL</b>	<b>589</b>	<b>-90</b>
<b>Total de Processos Estimado para 2028</b>		<u><b>499</b></u>

12.5. Por fim, é importante registrar a quantidade de **audiências trabalhistas** realizadas mensalmente (art. 847, da CLT). Considerando uma estimativa anual de 60 processos, projeta-se uma média de entrada de 5 processos por mês. Vale ressaltar que nos meses de dezembro e janeiro, devido ao recesso judiciário, não são realizadas audiências, restando 10 meses para a realização das mesmas. Tanto no TRT da 2ª Região quanto no da 15ª Região, após a notificação, as audiências costumam ocorrer em um prazo máximo de 20 dias úteis. Dessa forma, **estima-se uma média de 6 audiências mensais**, que podem ser realizadas tanto de forma presencial quanto telepresencial. No entanto, é importante considerar que essa média é apenas uma estimativa, e a quantidade real de audiências pode variar; por exemplo, podem ocorrer 10 audiências em um mês e apenas 2 em outro.

12.6. Concluindo, a estimativa das quantidades para contratação **será para patrocínio de 289 ações até o limite de 499 ações**. Essa projeção serve como base para a avaliação do escopo de serviços necessários e para o planejamento financeiro adequado, assegurando que os recursos sejam alocados de forma eficiente para atender às demandas jurídicas previstas. Ademais, a Carta Precatória não será considerada como ação autônoma, ou seja, não será contabilizada na quantidade de processos para o cálculo do pagamento dos honorários, sem prejuízo da obrigação de



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

acompanhamento pela Contratada. Dessa forma o objeto do contrato compreenderá a contratação de serviços técnicos de advocacia de natureza trabalhista para o patrocínio de 289 ações, acima discriminadas e até o limite de 499 ações, sob responsabilidade do CREA-SP perante a Justiça do Trabalho e a Justiça Federal, em todas as fases e instâncias, incluindo os Tribunais Superiores, abrangendo a elaboração e interposição de petições, contestações, recursos e demais peças jurídicas até a execução final em processos judiciais principais, acessórios, preventivos ou incidentais, além daqueles objeto de acordo, incluindo ainda a representação nos processos administrativos que tramitam em entidades e órgãos públicos, quando solicitado.

12.7. Planilha de quantidades e orçamento estimado (a prestação de serviços será mediante demanda, de acordo com a necessidade do CREA-SP):

Objeto	Quantidade Processos (unidade)	Valor Unitário por Processos	Valor Mensal	Valor Total (12 meses)	Valor Total (24 meses)
Serviços técnicos de advocacia de natureza trabalhista para a defesa dos interesses do CREA-SP perante a Justiça do Trabalho e a Justiça Federal, em todas as fases e instâncias, incluindo os Tribunais Superiores, abrangendo a elaboração e interposição de petições, contestações, recursos e demais peças jurídicas até a execução final em processos judiciais principais, acessórios, preventivos ou incidentais, além daqueles objeto de acordo, incluindo ainda a representação nos processos administrativos que tramitam em entidades e órgãos públicos, quando solicitado.	<b>499</b>	R\$ 171,65	R\$ 85.653,35	R\$ 1.027.840,20	R\$ 2.055.680,40

12.8. A proposta deverá ser formulada, com base no modelo acima, contendo:

12.8.1. Preço total, na base correspondente ao mês estabelecido para a sua entrega, expresso em reais (R\$), em números e por extenso, com no máximo duas casas decimais;

12.8.2. Planilha de Quantidades e Preços Propostos, contendo valores unitários e totais, na base correspondente ao mês estabelecido para a entrega das propostas, expresso em reais (R\$), com no máximo duas casas decimais.

12.8.3. prazo de validade da proposta, que deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contado



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

da última data prevista para a sua apresentação.

12.8.4. O preço ofertado deverá contemplar todos os equipamentos, materiais, instrumentos, mão-de-obra, acessórios, seguros cabíveis, pessoal, locomoção/deslocamentos, bem como os custos indiretos (impostos, tributos, encargos, taxas, emolumentos, etc.) e outras despesas, de modo a constituir a **única** contraprestação pela execução dos serviços objeto da licitação, **sendo que as únicas exceções**, custeadas pelo CREA-SP, são as custas, emolumentos e despesas processuais, o preparo recursal e o assistente técnico.

#### 13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. Poderão participar da licitação toda e qualquer sociedade de advogados, regularmente estabelecida no país, que esteja devidamente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), legalmente constituída, desde que satisfaçam a todas as exigências fixadas no edital, especificações e normas, e comprovem as exigências de habilitação jurídica, de regularidade fiscal e trabalhista, de qualificação econômico-financeira e qualificação técnica (para fins de habilitação).

13.1.2. O licitante deverá apresentar os seguintes documentos para a finalidade de habilitação:

13.1.2.1. As seguintes provas de registro regular junto ao Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, na qual se encontram registrados:

- i) Sociedade e do(s) advogado(s) sócio(s) que a compõe(m);
- ii) Advogados associados e/ou empregados que serão utilizados na execução do objeto.

13.1.2.2. Comprovação de capacidade técnico-operacional: Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, comprovando a aptidão do licitante no desempenho de atividade pertinente e compatível com as características, quantidades e prazos com o objeto ora licitado, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

13.1.3. O licitante deverá comprovar que o(s) profissional(is) detentor(es) do(s) atestado(s) apresentado(s) pertence(m) ao seu quadro de pessoal, por meio da anotação da carteira profissional, contrato de trabalho, contrato de prestação de serviços ou contrato social, no caso de sócio.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

13.1.4. Os Atestados de Capacidade Técnico-Operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária, especificadas no contrato social vigente.

13.1.5. As exigências técnicas contidas neste instrumento são usuais de mercado, não ferindo o caráter competitivo da licitação.

**13.1.6. NÃO PODERÃO PARTICIPAR, DIRETA OU INDIRETAMENTE, DA LICITAÇÃO**

- a) sociedade de advogados cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Termo;
- b) sociedade de advogados proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- c) sociedade de advogados impedidas e inidôneas, conforme artigo 156 da Lei Federal nº 14.133 de 2021;
- d) sociedade de advogados que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, fusão, cisão ou incorporação;
- e) sociedade de advogados que tenham sócios, gerentes ou responsáveis técnicos que sejam servidores ou dirigentes de órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal, salvo aqueles que por permissão legal expressa possam exercer a advocacia em cumulação com a atividade pública;
- f) sociedade de advogados integrada por membro do poder legislativo, em seus diferentes níveis, nos termos da Lei Federal nº 8.906/94;
- g) quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei Federal nº 14.133 de 2021;
- h) sociedade de advogados em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, e sociedade de advogados controladas, coligadas, interligadas ou subsidiárias entre si;
- i) sociedade de advogados que se apresentem na qualidade de subcontratadas;



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

- j) sociedade de advogados que, contrariando o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, empregue menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos;
- k) sociedade de advogados integrada por membros do CREA-SP, e do Corpo funcional do CREA-SP, bem como seus cônjuges ou companheiros, e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive;
- l) sociedades de advogados cujos dirigentes, sócios, associados ou contratados sejam servidores, empregados públicos, do quadro permanente ou em exercício de cargo em comissão, ou de função gratificada no âmbito do CREA-SP;
- m) sociedade de advogados que contenham em seus quadros sócio ou associado suspenso ou excluído disciplinarmente pela OAB nos termos da Lei Federal nº 8.906/94.

#### 13.2. PROPOSTA TÉCNICA E SEUS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

13.2.1. A avaliação da PROPOSTA TÉCNICA da licitante, será feita mediante a atribuição, por uma única vez, da pontuação a seguir mencionada. Foi levado em consideração todos os aspectos do art. 37 da Lei nº 14.133/2021, assegurando um processo de seleção que valoriza a qualidade técnica e a capacidade efetiva dos participantes e da equipe profissional de atender às necessidades do projeto em questão. **A avaliação da Equipe de Profissionais e do Conhecimento e Organização da proponente terá pontuação máxima de 100 (cem) pontos e será feita com base na documentação apresentada, e compõe-se da:**

13.2.1.1. **EQUIPE DE PROFISSIONAIS:** deverá ser apresentada a relação nominal dos advogados que integrarão a Equipe de Profissionais, comprovadamente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, que deverá ser acompanhada do respectivo histórico profissional e da declaração de disponibilidade de profissionais. É necessário que o currículo profissional seja acompanhado de documentos hábeis que comprovem o declarado. Os advogados que integrarão a Equipe de Profissionais serão pontuados, para atribuição da nota técnica, conforme critérios abaixo:

- a) **PUBLICAÇÃO:** Deverá ser apresentada, por qualquer integrante da Equipe Profissional, publicação de artigo, estudo, parecer jurídico ou revista jurídica



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

especializada, nas áreas de Direito do Trabalho e/ou Direito Processual do Trabalho, ou qualquer outra matéria de Direito, desde que relacionada ao Direito do Trabalho ou Direito Processual do Trabalho.

**Nota da Publicação (N1):** A pontuação máxima da Publicação (N1) será de 4 (quatro) pontos e atribuída com base na documentação apresentada, em consonância com o quadro apresentado a seguir:

Quadro I - Pontuação da Publicação (N1)	
Nº de Artigos, Estudos, Pareceres	Pontuação
Não apresentou	0 pontos
De 01 a 02	2 pontos
De 03 a 05	3 pontos
Acima de 06	4 pontos

→ **Pontuação Máxima Possível = 04 Pontos**

→ **Justificativa:** a participação em publicações de artigo, estudo, parecer jurídico ou revista jurídica especializada mostra a habilidade do profissional de colaborar com a comunidade jurídica, enriquecendo o diálogo e o intercâmbio de ideias entre os especialistas da área. A pontuação por essas publicações motiva os profissionais a permanecerem ativos na pesquisa jurídica, contribuindo para a melhoria contínua das peças processuais e para o aprofundamento das análises legais.

→ **Forma de Comprovação:** Apresentar cópia do artigo, estudo, parecer jurídico ou revista jurídica, extraído da publicação ou da página da internet, incluindo, por exemplo, uma cópia da tela do site do periódico, mostrando de forma visível o título do artigo, o nome do integrante da equipe entre os autores, o nome do periódico e a edição da publicação.

**b) PUBLICAÇÃO:** Deverá ser apresentada, por qualquer integrante da Equipe de Profissionais, comprovação de publicação de livro jurídico, admitindo-se a participação de obra coletiva, na área do Direito do Trabalho ou do Direito Processual do Trabalho ou qualquer outra matéria de Direito, desde que relacionada ao Direito do Trabalho ou Direito Processual do Trabalho.

**Nota da Publicação (N2):** A pontuação máxima da Publicação (N2) será de 10 (dez) pontos e atribuída com base na documentação apresentada, em consonância com o quadro



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

apresentado a seguir:

Quadro II — Pontuação da Publicação (N2)	
Nº de Livros	Pontuação
Não apresentou	0 pontos
De 01 a 02	5 pontos
De 03 a 04	7 pontos
Acima de 04	10 pontos

→ **Pontuação Máxima Possível = 10 Pontos**

→ **Justificativa:** a inclusão da autoria exclusiva de um livro jurídico demonstra não apenas um profundo domínio teórico e prático da matéria, mas também reflete a capacidade do profissional de sintetizar, analisar e apresentar complexidades legais de forma acessível e bem escrita, o que é essencial principalmente na área consultiva. Essa realização não apenas evidencia um elevado nível de competência e dedicação ao desenvolvimento do campo jurídico, mas também tem o potencial de influenciar as interpretações e posições jurídicas nos Tribunais.

→ **Forma de Comprovação:** original ou cópia integral autenticada (ou objeto de ata notarial) do exemplar, o qual deverá possuir catalogação no padrão International Standard Serial Number - ISSN ou no padrão International Standard Book Number – ISBN. Caso não estejam explícitas no site as informações relativas ao autor (no caso de obra coletiva) ou à referência ao tema do livro, a comprovação deverá ser efetuada pela apresentação do livro em formato e-book.

c) **CONHECIMENTO DOS SERVIÇOS:** Deverá ser apresentada, por qualquer integrante da Equipe de Profissionais, comprovação de prestação de serviços na área contenciosa do Direito Trabalhista a pessoa jurídica de direito público por meio de atestado (s) de capacidade técnica em nome do integrante da Equipe de Profissionais, emitido (s) por órgão da Administração Pública Direta e/ou Indireta.

**Nota do Conhecimento dos Serviços (N3):** A pontuação máxima do Conhecimento dos Serviços (N3) será de 15 (quinze) pontos e atribuída com base na documentação apresentada, em consonância com os quadros apresentados a seguir (a) e (b):

Quadro III (a) - Pontuação Conhecimento dos Serviços (N3):



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Nº de Processos	Pontuação
Não apresentou	0 pontos
De 01 a 200	2 pontos
De 201 a 400	6 pontos
De 401 a 600	8 pontos
Acima de 600	10 pontos

Quadro III (b) - Pontuação Conhecimento dos Serviços (N3):	
Nº de Processos - (Dissídio Coletivo)	Pontuação
Não apresentou	0 pontos
De 01 a 02	1 pontos
De 02 a 03	2 pontos
De 03 a 04	3 pontos
Acima de 5	5 pontos

→ **Pontuação Máxima Possível (a) + (b) = 15 Pontos**

→ **Justificativa:** a exigência de comprovação de prestação de serviços na área contenciosa do Direito Trabalhista para pessoa jurídica de direito público, através de atestados de capacidade técnica emitidos por órgãos da Administração Pública Direta e/ou Indireta, é fundamental para garantir a experiência necessária dos profissionais que atuarão para o CREA-SP. De acordo com o artigo 37, inciso III, da Lei de Licitações e Contratos, o julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço **deve** considerar o desempenho do licitante em contratações anteriores, conforme documentos comprobatórios mencionados no § 3º do art. 88 da mesma lei e no registro cadastral disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Essa exigência assegura que os profissionais têm experiência prática e comprovada em lidar com casos trabalhistas de entidades públicas, garantindo familiaridade com as especificidades do setor.

→ **Forma de Comprovação:** comprovação de prestação de serviços na área contenciosa do Direito Trabalhista a pessoa jurídica de direito público por meio de atestado (s) de capacidade técnica em nome do integrante da Equipe de Profissionais, emitido (s) por órgão da Administração Pública Direta e/ou Indireta.

d) **TEMPO DE EXPERIÊNCIA:** Deverá ser apresentada, por qualquer integrante da Equipe de Profissionais, comprovação do tempo de experiência no exercício da advocacia, por meio de



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

documentos hábeis que comprovem o declarado na área do Direito do Trabalho ou do Direito Processual do Trabalho ou qualquer outra matéria de Direito, desde que relacionada ao Direito do Trabalho ou Direito Processual do Trabalho.

**Nota do Tempo de Experiência (N4):** A pontuação máxima do Tempo de Experiência (N4) será de 25 (vinte e cinco) pontos e atribuída com base na documentação apresentada, em consonância com o quadro apresentado a seguir:

Quadro IV – Pontuação do Tempo de Experiência (N4):	
Tempo de Experiência	Pontuação
Inferior a 1 ano	0 pontos
De 1 a 3 anos	2 pontos
De 4 a 7 anos	6 pontos
De 8 a 11 anos	12 pontos
De 12 a 15 anos	18 pontos
Acima de 15 anos	25 pontos

→ **Pontuação Máxima Possível = 25 Pontos**

→ **Justificativa:** a exigência de comprovação do tempo de experiência no exercício da advocacia, especialmente nas áreas de Direito do Trabalho ou Direito Processual do Trabalho, é fundamental para garantir a qualidade e eficácia dos serviços jurídicos prestados ao CREA-SP. O Direito do Trabalho é complexo e exige conhecimentos específicos e atualizados. A apresentação de documentos que comprovem a experiência assegura que os profissionais possuem o conhecimento técnico necessário para lidar com os desafios dos casos trabalhistas, reduzindo riscos de erros e proporcionando maior segurança jurídica. Essa exigência garante que os advogados contratados estejam devidamente qualificados e preparados para defender os interesses do Conselho com competência e expertise.

→ **Forma de Comprovação:** a comprovação da experiência no exercício da advocacia nas áreas de Direito do Trabalho ou Direito Processual do Trabalho pode ser realizada por Certidões de Tribunais comprovando a atuação em processos trabalhistas, com especificação dos casos em que o advogado participou.

e) **ESPECIALIZAÇÃO:** Deverá ser apresentada, por qualquer integrante da Equipe de Profissionais, comprovação de pós-graduação *latu sensu*, na forma da legislação educacional em



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

vigor, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas-aula, concluída, na área do Direito do Trabalho ou do Direito Processual do Trabalho ou qualquer outra matéria de Direito, desde que relacionada ao Direito do Trabalho ou Direito Processual do Trabalho.

**Nota da Especialização (N5):** A pontuação máxima da Especialização (N5) será de 4 (quatro) pontos e atribuída com base na documentação apresentada, em consonância com o quadro apresentado a seguir:

Quadro V - Pontuação da Especialização (N5)	
Nº de Profissionais	Pontuação
Não apresentou	0 pontos
De 01 a 02	2 pontos
De 03 a 04	3 pontos
Acima de 04	4 pontos

→ **Pontuação Máxima Possível** = 04 Pontos

→ **Justificativa:** a pontuação reflete a valorização da formação especializada dos profissionais nas áreas de Direito do Trabalho e/ou Direito Processual do Trabalho, considerando a profundidade de conhecimento adquirido e a capacidade de aplicação prática.

→ **Forma de Comprovação:** certificado de curso de pós-graduação em nível de especialização, com carga horária mínima de 360 h/a na área de Direito do Trabalho e/ou Direito Processual do Trabalho. Também será aceito certificado/declaração de conclusão de pós-graduação em nível de especialização na área de Direito do Trabalho e/ou Direito Processual do Trabalho, desde que acompanhada de histórico escolar.

f) **MESTRADO:** Deverá ser apresentada, por qualquer integrante da Equipe de Profissionais, comprovação de pós-graduação strictu sensu (mestrado), concluída, na área do Direito do Trabalho ou do Direito Processual do Trabalho ou qualquer outra matéria de Direito, desde que relacionada ao Direito do Trabalho ou Direito Processual do Trabalho.

**Nota do Mestrado (N6):** A pontuação máxima do Mestrado (N6) será de 7 (sete) pontos e atribuída com base na documentação apresentada, em consonância com o quadro apresentado a seguir:

Quadro VI — Pontuação do Mestrado (N6)	
Nº de Profissionais	Pontuação



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Não apresentou	0 pontos
De 01 a 02	5 pontos
De 03 a 04	6 pontos
Acima de 04	7 pontos

→ **Pontuação Máxima Possível = 07 Pontos**

→ **Justificativa:** a presente pontuação visa garantir um elevado padrão de competência técnica e teórica, crucial para a análise, interpretação e aplicação das normas trabalhistas e processuais no contexto dos serviços prestados ao CREA-SP. Tal qualificação assegura um desempenho jurídico de alta qualidade, fundamentado em conhecimento atualizado e profundo das legislações e práticas laborais.

→ **Forma de Comprovação:** diploma de curso de pós-graduação em nível de mestrado (título de mestre) na área de Direito do Trabalho e/ou Direito Processual do Trabalho. Também será aceito certificado/declaração de conclusão de curso de Mestrado na área de Direito do Trabalho e/ou Direito Processual do Trabalho, desde que acompanhado de histórico escolar.

**g) DOUTORADO:** Deverá ser apresentada, por qualquer integrante da Equipe de Profissionais, comprovação de pós-graduação strictu sensu (doutorado), concluída, na área do Direito do Trabalho ou do Direito Processual do Trabalho ou qualquer outra matéria de Direito, desde que relacionada ao Direito do Trabalho ou Direito Processual do Trabalho.

**Nota do Doutorado (N7):** A pontuação máxima do Doutorado (N7) será de 10 (dez) pontos e atribuída com base na documentação apresentada, em consonância com o quadro apresentado a seguir:

Quadro VII — Pontuação do Doutorado (N7)	
Nº de Profissionais	Pontuação
Não apresentou	0 pontos
De 01 a 02	8 pontos
De 03 a 04	9 pontos
Acima de 04	10 pontos

→ **Pontuação Máxima Possível = 10 Pontos**

→ **Justificativa:** a inclusão dessa pontuação reforça o compromisso com a excelência jurídica no âmbito do contrato. Doutores na área trazem não apenas um conhecimento avançado das leis e



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

práticas trabalhistas, mas também a habilidade de aplicar metodologias de pesquisa inovadoras e desenvolver estratégias jurídicas de vanguarda. Essa qualificação superior é crucial para superar os desafios legais complexos e assegurar a implementação de práticas trabalhistas justas e eficientes, contribuindo para o sucesso e a sustentabilidade dos projetos desenvolvidos junto ao CREA-SP.

→ **Forma de Comprovação:** diploma de curso de pós-graduação em nível de doutorado (título de doutor) na área de Direito do Trabalho e/ou Direito Processual do Trabalho. Também será aceito certificado/declaração de conclusão de curso de Doutorado na área de Direito do Trabalho e/ou Direito Processual do Trabalho, desde que acompanhado de histórico escolar.

13.1.1.2. **CONHECIMENTO E ORGANIZAÇÃO DA PROPONENTE:** o conhecimento e a organização da proponente serão pontuados, para atribuição da nota técnica, conforme critérios abaixo:

a) **CONHECIMENTO DOS SERVIÇOS:** Deverá (ão) ser apresentado (s) atestado (s) em nome da proponente, emitido (s) por pessoas de direito público ou privado comprovando a representação perante a Justiça do Trabalho em qualquer juízo ou tribunal.

**Nota do Conhecimento dos Serviços (N8):** A pontuação máxima do Conhecimento dos Serviços (N8) será de 25 (vinte e cinco) pontos e atribuída com base na documentação apresentada, em consonância com os quadros apresentados a seguir:

Quadro VIII (a) - Pontuação Conhecimento dos Serviços (N8):	
Nº de Processos	Pontuação
Não apresentou	0 pontos
De 01 a 200	5 pontos
De 201 a 400	10 pontos
De 401 a 600	15 pontos
Acima de 600	20 pontos

Quadro III (b) - Pontuação Conhecimento dos Serviços (N3):	
Nº de Processos - (Dissídio Coletivo)	Pontuação
Não apresentou	0 pontos
De 01 a 02	1 pontos



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

De 02 a 03	2 pontos
De 03 a 04	3 pontos
Acima de 5	5 pontos

→ **Pontuação Máxima Possível (a) + (b) = 25 Pontos**

→ **Justificativa:** A avaliação do conhecimento dos serviços prestados pela proponente é essencial para garantir que a mesma possui a experiência e a capacidade necessárias para representar eficazmente os interesses perante a Justiça do Trabalho. Através da comprovação de atuação em diversos processos, é possível aferir a familiaridade da proponente com os procedimentos e demandas características dessa área específica do direito. Assim, quanto maior o número de processos comprovadamente conduzidos pela proponente, maior será a confiança na sua capacidade técnica e operacional.

→ **Forma de Comprovação:** atestado(s) em nome da proponente, emitido(s) por pessoas de direito público ou privado comprovando a representação perante a Justiça do Trabalho em qualquer juízo ou tribunal.

**Observação:** Embora o CREA-SP também possua processos na Justiça Federal, conforme previsto no objeto, essa atuação não será considerada para efeito de contagem de títulos. Isso se deve ao fato de que a participação do CREA-SP em ações de natureza trabalhista nessa esfera é ínfima, não sendo relevante para o cômputo dos títulos.

#### 13.3. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

13.3.1. Para a comprovação dos quadros I e II retro, a proponente apresentará os documentos conforme especificado na seção “Forma de Comprovação” de cada item.

13.3.2. A Comissão de Contratação poderá a qualquer momento e sempre que necessário, efetuar diligência e solicitar maiores esclarecimentos sobre a documentação apresentada, inclusive a terceiros, visando a melhor análise da proposta técnica, de acordo com o interesse público.

#### 13.4. NOTA TÉCNICA - NT

13.4.1. A Nota Técnica (NT) da proponente será obtida com a aplicação da fórmula a seguir:

$$NT = N1 + N2 + N3 + N4 + N5 + N6 + N7 + N8$$



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Onde:

<b>NT</b>	=	Nota da Proposta Técnica;
<b>N1</b>	=	Nota da Publicação (N1);
<b>N2</b>	=	Nota da Publicação (N2);
<b>N3</b>	=	Nota do Conhecimento dos Serviços (N3);
<b>N4</b>	=	Nota do Tempo de Experiência (N4);
<b>N5</b>	=	Nota da Especialização (N5);
<b>N6</b>	=	Nota do Mestrado (N6);
<b>N7</b>	=	Nota do Doutorado (N7);
<b>N8</b>	=	Nota do Conhecimento dos Serviços (N8).

**Observação:** Para efeito de cálculo da Nota da Técnica (NT) da proponente serão levadas em consideração duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

13.4.2. Serão desclassificadas as propostas técnicas que:

- a)** Não contemplarem ou desatenderem a qualquer das exigências do edital, na documentação contida na Proposta Técnica; e
- b)** Contiverem alusão ao conteúdo da Proposta Comercial.

#### **13.5. JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL**

13.5.1. Para efeito de julgamento da Proposta Comercial será procedida a sua análise adotando-se os seguintes critérios:

13.5.1.1. As Propostas Comerciais que atenderem aos requisitos do edital serão verificadas quanto a erros que serão corrigidos da seguinte forma:

- a)** Em caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o primeiro;



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**b)** Erros aritméticos, eventualmente cometidos pela proponente, serão corrigidos pelo CREA-SP, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se o resultado da operação aritmética que esteja incorreta.

13.5.1.2. O valor total da Proposta Comercial será ajustado pela Comissão de Contratação em conformidade com os procedimentos descritos no subitem anterior para correção de erros. O valor resultante constituirá o valor proposto.

13.5.1.3. A proposta comercial de cada proponente será pontuada em função do valor da menor proposta apresentada na licitação, e terá peso 3 (três).

#### **13.6. NOTA DA PROPOSTA COMERCIAL - NP**

13.6.1. A Nota da Proposta Comercial (NP) da proponente será obtida com a aplicação da seguinte fórmula:

$$NP = 100 \times V_{\min} / V$$

Onde:

**NP** = Nota de preço de cada proponente;

**VMin** = menor valor proposto dentre as proponentes; e

**V** = valor total proposto pela proponente, **que não deve ser superior ao valor orçado pelo CREA-SP.**

#### **Observações:**

- Para efeito de cálculo da Nota da proposta comercial da proponente (NP), serão levadas em consideração somente as propostas comerciais classificadas.
- O resultado será expresso considerando duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

13.6.2. Serão desclassificadas as Propostas Comerciais que:

**a)** Não obedecerem às exigências do edital ou da legislação aplicável ou impuserem condições;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

**b)** Forem omissas, vagas ou apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de impossibilitar o julgamento;

**c)** Apresentarem preço total superior ao valor estimado pelo CREA-SP;

**13.7. JULGAMENTO FINAL - PONDERAÇÃO ENTRE TÉCNICA E PREÇO**

**NOTA FINAL - MÉDIA PONDERADA ENTRE TÉCNICA E PREÇO - NF**

13.7.1. A nota final (NF) será dada através da média ponderada das notas relativas à técnica (NT) e comercial (NP), de acordo com a seguinte fórmula:

$$NF = (70 \times NT) + (30 \times NP) / 100$$

Onde:

**NF** = Nota Final da proposta técnica e preço

**NT** = Nota Técnica da proposta técnica

**NP** = Nota de Preços da proposta comercial

**Observação:** Para efeito de cálculo da Nota Final (NF), serão levadas em consideração duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

**13.8. CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS PROPOSTAS E VENCEDOR**

13.8.1. As proponentes serão classificadas em ordem decrescente de pontuação final. Será vencedora a proponente com maior Nota Final (NF).

13.8.2. Na hipótese de ocorrer empate entre duas ou mais proponentes, o desempate será feito nos moldes do art. 60 da Lei nº 14.133/21.

13.8.3. No julgamento por técnica e preço, a obtenção de pontuação devido à capacitação técnico-profissional exigirá que a execução do respectivo contrato tenha participação direta e pessoal do profissional correspondente (art. 38 da Lei nº 14.133/2021).



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

**13.9. REGIME DE EXECUÇÃO – OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA - (art. 46 da lei 14.133/21)**

13.9.1. Não se aplica.

**13.10. ADJUDICAÇÃO DO OBJETO**

13.10.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação.

13.10.2. O objeto proposto encontra-se inserido no conceito de serviço contínuo, visto que sua contratação se estende necessariamente por mais de um ano de um serviço essencial para este Conselho, cujo atendimento não esgota prestação semelhante no futuro.

13.10.3. O objeto proposto encontra-se inserido no conceito de serviço comum, visto que lhe é possível especificar e medir seu desempenho e qualidade através de parâmetros usuais no mercado.

REGIME DE EXECUÇÃO	( ) Empreitada	( ) Preço Global	( X ) Preço Unitário
ADJUDICAÇÃO DO OBJETO	( X ) Global	( ) Por Lote	( ) Por Item

13.10.4. O serviço é enquadrado como continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra e são essenciais para o desenvolvimento das atividades administrativas e finalísticas do Conselho.

**14 FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**14.1 CONTA ORÇAMENTÁRIA**

14.1.1.

**14.2 CENTRO DE CUSTO**

14.2.1.

**15 VISTORIA**

15.1. Não há necessidade de realização prévia no local de execução dos serviços.

**16 PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Contratada que:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas a Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) **Multa:**
  - (1) Multa de 0,02% (dois centésimos por cento) por cada dia de atraso, calculado sobre o valor atualizado do correspondente serviço, até que os atrasos sejam recuperados;
  - (2) Multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor atualizado do contrato, na hipótese de descumprimento de qualquer de suas cláusulas;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

**(3)** Multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor atualizado do contrato, na hipótese da reincidência da ação ou da omissão, que tenha justificado a aplicação da multa estabelecida no subitem anterior;

**(4)** Multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o valor atualizado do contrato, na hipótese de alteração da equipe técnica, sem aprovação do CREA-SP; e

**(5)** Multa de 15% (quinze por cento) do valor atualizado do contrato, por desistência total ou parcial de seu respectivo objeto.

**a)** As multas estão limitadas a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato (art. 156, §3º da Lei nº 14.133/2021).

**b)** O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

16.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

16.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a Contratada, observando-se o procedimento previsto no **caput** e



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.6 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.7. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

16.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).